

emQuestão 11

*Recursos
educacionais
abertos no
Brasil*

o campo, os
recursos e sua
apropriação em
sala de aula



Realização



**ação
educativa** 20
anos
cultura, educação, juventude

Apoio



emQuestão 11

*Recursos
educacionais
abertos no
Brasil:*

o campo, os
recursos e sua
apropriação em
sala de aula



Realização



Apoio



Ação Educativa, 2014

Programa Catalisador da **Wikimedia no Brasil**

Realização: **Ação Educativa**

Apoio institucional e financeiro: **Wikimedia Foundation**

Coordenação geral: **Oona Castro**

Equipe: **Célio Costa Filho, Gustavo Paiva, Henrique Andrade e Rodrigo Padula**

Pesquisa Recursos educacionais abertos no Brasil: o campo, os recursos e sua apropriação em sala de aula

Coordenação geral: **Oona Castro e Gustavo Paiva**

Coordenação de pesquisa: **Jamila Venturini**

Autoria: **Jamila Venturini**

Pesquisa de campo: **Jamila Venturini e Michelle Prazeres Cunha**

Levantamento e revisão de dados: **Jamila Venturini e Luiz Augusto Pereira Fernandes**

Agradecimentos a: **Adriana Vieira, Alexandre Hannud Abdo, André Albert, Andreia Inamorato, Anna Penido, Barbara Endo, Bianca Santana, Carlos Seabra, Carolina Rossini, Claudio André, Debora Sebrim, Everton Zanella Alvarenga, Fernando Almeida, Gisele Craveiro, Helio Kuramoto, Iberê Thenório, Isadora Kimura, Jorge Machado, Jorge Sallum, Kitta Eitler, Julci Rocha, Lucas Rocha, Mariana Valente, Mauricio Arimoto, Milton Larsen Burgese, Pedro Mizukami, Priscila Gonsales, Rafael Parente, Rafael Pezzi, Rodrigo Ratier, Sônia Dias, Suria Scapin, Tel Amiel e Yuri Wanderley**

EDIÇÃO

Produção editorial: **Fernanda Bottallo**

Revisão: **Valéria Pizzani**

Capa: **Elis Nunes**

Ilustração da capa: Adaptação de Logotipo Recursos Educacionais Abertos, de autoria de **Jonathas Mello** (Versão em Português do Logotipo Global) e disponível em commons.wikimedia.org

Projeto gráfico: **SM&A Design | Samuel Ribeiro Jr.**

Diagramação: **Elis Nunes e Marcelo Mota e Silva**

Apoio institucional: **EED**

Realização



Rua General Jardim, 660
01223-010 – São Paulo – SP
Tel.: 11 3151-2333 – Fax: 11 3151-2333 r. 135
e-mail: acaoeducativa@acaoeducativa.org

Apoio



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

V469r
Venturini, Jamila
Recursos educacionais abertos no Brasil: o campo, os recursos e sua apropriação em sala de aula /
Jamila Venturini. -- Vol. 11. -- São Paulo : Ação Educativa, 2014.

64p.

ISBN: 978-85-86382-37-6

1. Recursos educacionais abertos. 2. Educação. 3. Tecnologias. 4. Licenças Creative Commons.
5. Wikimídia. I. Autor. II. Título.

CDD 370



Este trabalho está licenciado com uma Licença *Creative Commons* – Atribuição-Compartilha Igual 4.0 Internacional. Para acessar a licença jurídica completa, visite: <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/legalcode>. Você tem o direito de:

Compartilhar – copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato

Adaptar – remixar, transformar, e criar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial.

O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

De acordo com os termos seguintes:

Atribuição – Você deve atribuir o devido crédito, fornecer o *link* para a licença e indicar se foram feitas alterações. Você pode fazê-lo como preferir, mas não de modo a sugerir que o licenciante endossa você ou o uso que fez da obra.

Compartilha Igual – Se você remixar, transformar, ou criar a partir do material, tem de distribuir as suas contribuições ao abrigo da mesma licença que o original.

Sem restrições adicionais – Você não pode aplicar termos jurídicos ou medidas de caráter tecnológico que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.

Apresentação



Este relatório resume os resultados da pesquisa Recursos educacionais abertos no Brasil: o campo, os recursos e sua apropriação em sala de aula, parte do projeto Educação e acesso ao conhecimento no Brasil: catalisando as comunidades e projetos Wikimedia por meio da colaboração ativa e autônoma e do compartilhamento, realizada pela Ação Educativa com o apoio da Wikimedia Foundation.

A pesquisa, realizada entre março e agosto de 2014, teve por objetivo identificar os principais atores do campo dos Recursos Educacionais Abertos (REA) no Brasil, assim como as oportunidades e obstáculos para o uso e a apropriação dos REA em língua portuguesa pelas comunidades Wikimedia e educacional do país.

A preocupação com o caráter público dos materiais didáticos surge em um contexto de grande concentração do mercado editorial. Ao mesmo tempo, as novas tecnologias viabilizam a multiplicação de alternativas e trazem grandes possibilidades para a produção e o compartilhamento de conteúdos educativos por parte de professores e professoras, estudantes e comunidade.

Diversos atores disputam no âmbito político e acadêmico o caráter e a importância que as novas tecnologias podem ter no espaço escolar, assim como as práticas que devem ser priorizadas ou não¹. E, num contexto de crescente mercantilização da educação, o movimento REA e sua filosofia de abertura e colaboração participam do debate defendendo o direito ao conhecimento, à cultura e à informação e a criação de um repositório de conteúdos educativos livres.

Nesse sentido, parece fundamental que a sociedade e a comunidade escolar se apropriem dessas discussões para que possam trazer suas preocupações e participar ativamente dos processos de construção de políticas educativas nessa área.

Este relatório busca mapear o campo dos REA no Brasil, tendo em vista os avanços do movimento, e se soma aos diversos esforços e pesquisas sobre o tema realizados nos últimos anos. Espera-se que possa servir como referência tanto para os que se encontram próximos ao tema, quanto para aqueles que vivem o dia a dia das salas de aula e buscam novas formas de se relacionar com o currículo, conteúdos e comunidade escolar.

Ele está organizado em cinco partes: a primeira consiste em uma introdução que apresenta o conceito REA; a segunda informa sobre a metodologia da pesquisa; a terceira traz os resultados de uma pesquisa de campo que entrevistou representantes da sociedade civil, academia, poder público e produtores e produtoras; a quarta consiste em um mapeamento de diversos portais e recursos educacionais digitais e a quinta apresenta algumas considerações finais a partir do estudo realizado.

Boa leitura!

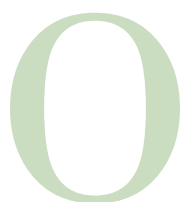
¹ O interesse de muitas empresas produtoras de conteúdo, por exemplo, por ingressar no mercado das tecnologias educativas não é casual. Segundo dados da Associação das Indústrias e Software e Informação (da sigla em inglês, SIIA), em 2011 o mercado de produtos e serviços de tecnologia educativa – sem considerar *hardware*, impressões ou qualquer produto analógico – foi de mais de 7 bilhões de dólares nos Estados Unidos e os produtos relativos a conteúdos representaram 36% dos lucros (SIIA, 2011).

Sumário

Introdução	07
Recursos Educacionais Abertos	07
O papel das licenças alternativas para os REA	08
Metodologia	11
Pesquisa de campo	11
Mapa dos recursos educacionais digitais disponíveis <i>on-line</i>	11
Campo	15
Grupos de afinidade	15
Questões para reflexão	33
Mapa dos recursos educacionais digitais disponíveis <i>on-line</i>	37
Portais de recursos educacionais digitais	37
Análise dos recursos	52
Considerações finais	57
Referências	59

Introdução

Recursos Educacionais Abertos



O século XX foi profundamente marcado pela existência de uma indústria cultural baseada no surgimento e desenvolvimento de tecnologias que permitiram a reprodução em escala de conteúdos informativos e culturais. Se, por um lado, essa indústria ampliou significativamente o acesso de grande parte da população mundial a uma cultura da qual estava até então excluída, por outro, privilegiou a produção proprietária e comercial.

Esse modelo dominante terminou por se sobrepor ao desenvolvimento de produções independentes e não comerciais. O resultado foi a concentração dos produtores em um número restrito de empresas que, com o tempo, acumularam cada vez mais poder político e econômico.

Com o avanço das tecnologias digitais e de computação e o surgimento de novos meios de comunicação (principalmente a internet), novos modelos emergem e impõem a necessidade de mudanças na lógica de produção de cultura, informação e conhecimento dominantes². Eles se constroem, em grande medida, a partir da colaboração e da produção não comercial. Para Henry Jenkins (2006), as novas tecnologias proporcionam a existência de uma cultura de participação na qual há poucas barreiras para a expressão artística e a participação política, assim como fortes incentivos à criação e à colaboração³.

O âmbito da educação também se vê impactado de distintas maneiras por essa nova forma de produção de conhecimento. No que diz respeito aos conteúdos, a ideia de se trabalhar com recursos educacionais digitais ganha forma com o conceito de objetos de aprendizagem (OA) “como pequenas demonstrações e simulações utilizadas para explicar um único conceito em uma área do conhecimento” (AMIEL; SANTOS, 2013, p. 120).

Apesar de inovarem em termos de suporte, formato e linguagem, no geral, “a perspectiva educacional dos OA aponta para recursos fechados, prontos e criados para uso em contextos predeterminados, imaginados por designers, muito distantes do contexto final de uso” (AMIEL; SANTOS, 2013, p. 121).

O conceito de Recurso Educacional Aberto (REA) surge, portanto, no sentido de dialogar com a cultura da colaboração e evolui ao incorporar aos OA a ideia de abertura. Com essa mudança de concepção, os materiais educativos passam a ser compreendidos como bens públicos e comuns dos quais todos e todas podem se beneficiar, especialmente os que recebem menos apoio dos sistemas tradicionais (ROSSINI, 2010).

Nesse sentido, os REA compartilham uma filosofia comum com os movimentos de *software* livre, acesso aberto e cultura livre ao compreender que o próprio conhecimento é um bem coletivo e social que deve estar acessível para todas as pessoas.

Essa nova forma de lidar com o conhecimento resgata a sua essência, ou seja, reabilita seu caráter social e coletivo, um bem que deve estar acessível a todos. Podemos dizer que o foco das iniciativas REA é disponibilizar e compartilhar várias partes ou unidades do saber, que podem ser remixadas, traduzidas e adaptadas para finalidades educacionais, como as peças de um grande quebra-cabeças, transformando a forma como a educação é pensada e desenvolvida (GONZALEZ; ROSSINI, 2012, p. 39).

² Isso não significa que o modelo proprietário e comercial tenha sido superado ou desaparecido. Ao contrário, os meios de comunicação de massa e a indústria cultural tradicional seguem fortes e concentram um grande poder. No entanto, sua hegemonia é cada vez mais questionada pelas novas formas de produção.

³ É claro que as tecnologias em si mesmas não determinam as práticas da sociedade: existem muitos fatores que interagem de maneira complexa e dinâmica nessa relação. Porém, são muitos os exemplos que indicam uma mudança de paradigma na relação entre criação e consumo de cultura, informação e conhecimento na atualidade (um grande exemplo, nesse sentido, é a própria Wikipédia).

As definições de Recursos Educacionais Abertos são diversas e estão em constante discussão e evolução. A definição internacional mais recente afirma que REA são

materiais de ensino, aprendizagem e investigação em quaisquer suportes, digitais ou outros, que se situem no domínio público ou que tenham sido divulgados sob licença aberta que permite acesso, uso, adaptação e redistribuição gratuitos por terceiros, mediante nenhuma restrição ou poucas restrições. O licenciamento aberto é construído no âmbito da estrutura existente dos direitos de propriedade intelectual, tais como se encontram definidos por convenções internacionais pertinentes, e respeita a autoria da obra (DECLARAÇÃO DE PARIS SOBRE RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS, 2012).

O papel das licenças alternativas para os REA

O modelo proprietário de produção de cultura e conhecimento é, em grande medida, garantido por leis de direito autoral que limitam a circulação dos conteúdos. Na medida em que as tecnologias digitais e a internet surgem para facilitar o acesso, as indústrias que têm como fonte principal de lucros a venda de materiais protegidos (por exemplo, a fonográfica, de cinema e editorial) começam a pressionar por maiores restrições⁴.

Outro agravante é que as próprias tecnologias digitais e a internet aumentaram a amplitude e a força dessas leis ao permitir um controle maior sobre os usos dos conteúdos protegidos, sem garantir liberdades básicas para os cidadãos (LESSIG, 2005). Dessa forma, indivíduos e usos que nunca estiveram sob o raio de ação dos direitos autorais, criados para regular primordialmente as editoras, agora se veem afetados. Um exemplo dado por Lessig é o empréstimo ou venda de um livro: Quem nunca pegou um livro emprestado ou comprou um livro usado? No mundo digital essas atividades nem sempre são legais (ainda que possam seguir ocorrendo), uma vez que para “emprestar” um livro ou um CD é gerada uma cópia da obra original.

Nesse cenário, surgem as licenças alternativas ao direito autoral padrão, como as do tipo *Creative Commons*. Elas permitem ao criador ou criadora de uma obra definir seus usos permitidos e, dessa forma, garantir aos usuários segurança na utilização dos conteúdos e liberdades que não necessariamente estariam protegidas caso a licença não fosse explicitada⁵.

Isso explica a importância dada às licenças na definição de Recursos Educacionais Abertos. Para que a abertura se efetive e a colaboração esteja garantida, são necessárias medidas concretas que permitam que esses recursos circulem livremente. Por isso, o simples fato de que um material possa ser acessado gratuitamente pela internet não garante a sua abertura.

Em resumo, a novidade dos REA não está na digitalização ou na distribuição gratuita de materiais educacionais pela rede. A questão central nesse conceito é a possibilidade de cópia, distribuição e adaptação oferecida pelas licenças alternativas que, junto com o avanço das novas tecnologias digitais, oferece novas possibilidades de interação com os conteúdos (SANTOS, 2012).

São diversas as opções de licenciamento disponíveis atualmente, e algumas, inclusive, terminam por reproduzir as limitações do direito autoral padrão. Como vimos, no caso dos REA é necessário se dar um passo além. Uma licença que restrinja a criação de obras derivadas, por exemplo, seria insuficiente para a definição de REA que fala de “acesso, uso, adaptação e redistribuição gratuitos por terceiros, mediante nenhuma restrição ou poucas restrições”.

⁴ Lawrence Lessig (2005), um dos idealizadores das licenças *Creative Commons*, observa que entre 1790 e 1978 o prazo de vigência dos direitos autorais não superava 30 anos. Nesse contexto, chama a atenção que atualmente no Brasil e em muitos outros países esse prazo se estenda pela vida dos autores mais 70 anos.

⁵ Inspiradas na lógica e no sucesso das licenças de *software* livre, as *Creative Commons* são estruturadas em três níveis: o primeiro é um texto simples e sem termos jurídicos que explica os usos permitidos e restritos para o/a usuário/a comum; o segundo consiste em um documento que descreve a licença em termos legais de acordo com as leis de cada país e o terceiro é feito em uma linguagem legível por máquinas que permitirá identificar os diferentes tipos de conteúdos de acordo com suas licenças (ARAUJO, 2008).

Para se evitar confusões, optou-se, neste relatório, por se denominar licenças flexíveis as licenças que servem como alternativa ao direito autoral padrão (que determina que todos os direitos são reservados) e que garantem somente algumas liberdades aos usuários. Alguns exemplos dessas licenças são as *Creative Commons, atribuição, não comercial* (CC-BY-NC), *Creative Commons, atribuição, não comercial, sem derivações* (CC-BY-NC-ND) etc.

Adotou-se o termo licenças livres para se designar licenças que garantem a maior circulação possível dos conteúdos e o efetivo cumprimento da filosofia da abertura e colaboração que embasa os REA. São consideradas licenças livres aquelas que garantem a liberdade de usar, estudar, analisar, melhorar, aplicar, copiar redistribuir uma obra ou obras derivadas da original (traduções, adaptações etc.), tendo como única restrição a atribuição do autor e/ou o compartilhamento pela mesma licença⁶. Exemplos são a *Creative Commons, atribuição* (CC-BY) e a *Creative Commons, atribuição, compartilha igual* (CC-BY-SA).

Novamente, é importante ressaltar que, mais do que uma questão meramente jurídica, são as licenças livres que garantirão as liberdades e os direitos listados anteriormente e, portanto, a livre circulação de um recurso e seu caráter de bem comum e público.

⁶ Para mais informações, ver *Definition of Free Cultural Works*. Disponível em: <<http://freedomdefined.org/Definition/Pt>>. Acesso em: 10 set. 2014.

Metodologia

P

ara cumprir com seus objetivos, a pesquisa foi dividida inicialmente em duas partes complementares: campo e análise dos recursos educacionais digitais disponíveis *on-line*.

Pesquisa de campo

O objetivo da pesquisa de campo foi mapear posições (valores e discursos) de agentes e instituições sobre a produção e circulação de Recursos Educacionais Abertos (REA).

Ela consistiu na realização de entrevistas aprofundadas com pensadores que lidam direta ou indiretamente com REA e produtores de conteúdos educacionais digitais, além de gestores públicos. A composição da amostra buscou constituir um grupo representativo das diversas posições que marcam o campo REA e das diversas inter-relações existentes com outros campos⁷. Foram identificados e contatados mais de 70 agentes durante a pesquisa (alguns representantes da mesma instituição), dos quais, em um mês de pesquisa, foram entrevistados 30⁸⁻⁹.

As entrevistas foram sistematizadas e organizadas segundo os seguintes grupos de afinidade: (1) Organizações da Sociedade Civil; (2) Academia; (3) Poder Público e (4) Produtores, de acordo com a posição social ocupada por cada indivíduo. É importante ressaltar que não se buscou fazer uma divisão prévia dos diferentes grupos. No momento de desenvolvimento dos questionários e de realização das entrevistas os entrevistados e entrevistadas estavam classificados somente entre pensadores e produtores – cada qual com um tipo de questionário próprio¹⁰.

Realizou-se, então, uma leitura descritiva das entrevistas de cada grupo de afinidade a partir de quatro categorias construídas com base nos questionários aplicados e que refletem grandes preocupações do campo e da pesquisa em questão: (1) Relação com a escola; (2) Políticas públicas; (3) Licenciamento e (4) Autoria e participação. Com base nessa análise descritiva, foram identificadas as posições transversais aos diferentes grupos, assim como as divergências que emergem no campo.

Mapa dos recursos educacionais digitais disponíveis *on-line*

A análise de portais e recursos educacionais *on-line* teve como objetivos: (1) mapear as produções existentes, de modo a complementar a visão geral do campo REA; (2) orientar as iniciativas públicas de fomento à produção de REA; (3) incentivar o uso dos materiais atualmente disponíveis por parte dos agentes escolares e (4) identificar recursos a serem incorporados e/ou reaproveitados pelos projetos Wikimedia.

⁷ Apesar do foco em REA, a construção da amostra de entrevistado não se limitou a agentes alinhados ao conceito apresentado anteriormente. Houve uma preocupação em se ouvir agentes que interagem com o campo, buscando identificar outras perspectivas e concepções sobre o tema. É natural que existam disputas entre agentes de diversos campos pela própria definição do que seria o espaço de interações e o conceito de REA e era parte dos objetivos da pesquisa mapeá-las.

⁸ Para a contabilização do total, não consideramos o número de indivíduos entrevistados (já que em alguns casos as entrevistas ocorreram com mais de uma pessoa), mas, sim, o número de instituições representadas.

⁹ As dificuldades de agenda de alguns, notadamente dos agentes do poder público, impediu que se conseguisse um número maior de entrevistas. Apesar disso, consideramos que a amostra foi satisfatória e representativa do todo, permitindo atingir uma diversidade de grupos e posições importante para os objetivos da pesquisa.

¹⁰ Os questionários tinham perguntas em comum, porém, no caso de produtores e poder público buscou-se primordialmente identificar suas práticas. Já no caso dos pensadores, a intenção principal foi compreender sua visão sobre o tema.

Para isso, partiu-se de uma revisão bibliográfica de trabalhos similares realizados no Brasil. Eles ofereceram tanto referências de repositórios, quanto metodológicas para a realização desta parte da pesquisa. Nesse sentido, a metodologia utilizada foi grandemente inspirada no trabalho de Amiel e Santos (2013).

Para o levantamento da amostra de *sites* a serem analisados, foi feito um chamado de colaboração em redes sociais, grupos de e-mails especializados e nos canais Wikimedia. Criou-se uma lista aberta por meio da qual qualquer pessoa poderia sugerir um repositório na página da pesquisa¹¹. Foram poucas as respostas obtidas, de modo que a construção da amostra se deu basicamente a partir da revisão bibliográfica, da derivação de um *site* pra outro e de sugestões dadas pela equipe envolvida direta ou indiretamente na pesquisa.

A construção da amostra não partiu de um conceito fechado; ao contrário, analisaram-se iniciativas consagradas pelo movimento REA no Brasil, assim como outras que em sua missão, objetivos ou produção apresentam princípios convergentes com a filosofia dos REA. Por outro lado, buscou-se priorizar portais e recursos destinados à educação básica, incluindo bibliotecas virtuais com materiais de referência para os diferentes níveis educativos. A amostra, finalmente, consistiu em 40 portais, dos quais foram analisados 22.

A análise ocorreu em dois níveis: portais e conteúdos, ou seja, os recursos. Para os portais foram sistematizados os seguintes itens: missão, licenças (em três níveis: da página inicial, termos de uso e da página do recurso), níveis educativos, áreas do conhecimento, tipo de recursos, possibilidade de colaboração dos usuários, critérios de busca e o fato de possuir ou não algum tipo de suporte específico para o uso em sala de aula. Os portais também foram classificados em três tipos: exclusivos, agregados e contribuídos, de acordo com a categorização de Amiel e Santos (2013).

Chamamos de exclusivos os *sites* que têm como meta disponibilizar recursos originais, ou recursos que foram editorados e disponibilizados em primeira mão. Portais com recursos agregados são compostos, principalmente, por recursos em outros *sites* que são referenciados pelo portal por meio de metadados. “Contribuídos” são portais que têm como missão principal proporcionar espaço para a contribuição de recursos por usuários, quaisquer que sejam (AMIEL; SANTOS, 2013, p. 123).

De cada um dos portais foram selecionados aleatoriamente no mínimo dez recursos para a identificação das licenças, formatos utilizados e tipos de material encontrados¹². Além de permitir aprofundar a análise dos anteriores, tal levantamento propiciou a realização de uma análise quantitativa que revela um pouco mais sobre as características do campo REA no Brasil no que diz respeito às práticas de licenciamento – tema especialmente importante para os projetos e a comunidade Wikimedia. No total foram analisados 231 recursos.

Tabela 1 – Lista de portais de recursos educacionais digitais analisados

Nome	Endereço	Iniciativa
Ambiente Educacional Web	http://ambiente.educacao.ba.gov.br/	Secretaria Estadual de Educação da Bahia
ARCA – Repositório Institucional da Fiocruz	http://www.arca.fiocruz.br	Fiocruz
Banco Internacional de Objetos Digitais	http://objetoseducacionais2.mec.gov.br/	Ministério da Educação, Ministério de Ciência e Tecnologia, Rede Latinoamericana de Portais Educativos (RELPE) e Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI)

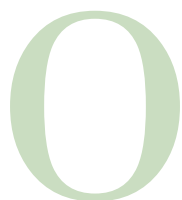
¹¹ Disponível em: <https://pt.wikiversity.org/wiki/Lista_de_reposit%C3%B3rios_de_recursos_educacionais_dispon%C3%ADveis_online>. Acesso em: 10 set. 2014.

¹² Um dos *sites* analisados apresentou sucessivos erros de acesso que impediram a análise dos recursos durante a pesquisa. Trata-se da plataforma RIVED, da Secretaria de Educação à Distância (SEED) do Ministério da Educação (MEC).

Nome	Endereço	Iniciativa
Biblioteca Digital do Centro de Trabalho Indigenista	http://bd.trabalhoindigenista.org.br/	Centro de Trabalho Indigenista (CTI)
BN Digital	http://bndigital.bn.br	Fundação Biblioteca Nacional
Brasiliana Digital	http://www.brasiliana.usp.br/bbd	Universidade de São Paulo (USP)
BVCH – Biblioteca Virtual de Ciências Humanas – Livros Brasileiros	http://www.bvce.org.br/LivrosBrasileiros.asp	Centro Edelstein de Ciências Sociais
BVCH – Biblioteca Virtual de Ciências Humanas – Sociedade da Informação	http://www.bvce.org.br/SociedadeInformacao.asp	Centro Edelstein de Ciências Sociais
Educopédia	http://www.educopedia.com.br/Index.aspx	Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro
Edumatec	http://www2.mat.ufrgs.br/edumatec/index.php	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Escola Digital	http://escoladigital.org.br/	Instituto Educadigital, Instituto Natura, Inspirare, TIC Educa e Governo do Estado de São Paulo
FEB – Federação de Repositórios Educa Brasil	http://feb.ufrgs.br/feb/	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
Khan Academy (em português)	http://pt.khanacademy.org/	Khan Academy e Fundação Lemann
M3 Matemática Multimídia	http://m3.ime.unicamp.br/	Universidade de Campinas (Unicamp)
Mobile L Tecnologia Educacional	http://www.mobilel.com.br/	Educommatica e Instituto Gemte
NOAS	http://noas.com.br/	Colégio Cenecista Dr. José Ferreira
Plataforma Democrática – Biblioteca Virtual	http://www.plataformademocratica.org	Centro Edelstein de Ciências Sociais e Instituto FHC
Portal Dia a Dia da Educação	http://www.diaadia.pr.gov.br/index.php	Secretaria Estadual da Educação do Paraná
Portal do Professor	http://portaldoprofessor.mec.gov.br	Ministério da Educação e Ministério da Ciência e Tecnologia
Portal Domínio Público	http://www.dominiopublico.gov.br	Ministério da Educação
RIVED – Rede Interativa Virtual de Educação	http://rived.mec.gov.br/	Ministério da Educação
Secretaria Municipal de Educação de São Paulo	http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Projetos/memoria/Anonimo/CEDOC/periodo/cole%C3%A7%C3%B5es.aspx	Secretaria Municipal de Educação de São Paulo

Fonte: Elaborada pela autora.

Campo



objetivo desta seção é apresentar as principais posições do campo REA e entorno, seus consensos e tensões, no que diz respeito aos Recursos Educacionais Abertos no Brasil. Ela foi construída com base nas entrevistas realizadas e em uma análise descritiva que classificou entrevistados e entrevistadas em quatro grupos de afinidade: (1) Organizações da sociedade civil; (2) Academia; (3) Poder público e (4) Produtores e produtoras.

Este capítulo é dividido em duas partes: a primeira apresentará um resumo das posições encontradas em cada grupo de afinidade e a segunda, uma leitura transversal de todos os grupos, buscando encontrar os principais pontos de tensão e consenso.

Grupos de afinidade

Organizações da Sociedade Civil

Foram entrevistados oito representantes de seis organizações da sociedade civil¹³ que podem ser agrupadas em (1) atuantes no campo REA e da cultura livre e (2) originárias de outros campos (basicamente o da educação) e atuantes no entorno do campo REA¹⁴.

O grupo é composto por formadoras de opinião¹⁵ sobre REA, tecnologias e educação em grande medida responsáveis pelo acúmulo de informações sobre o tema no Brasil hoje. Trata-se de agentes que têm uma presença considerável nos meios de comunicação, realizam atividades de formação e têm uma estratégia de advocacy junto ao poder público e, diferentemente do que ocorre com os representantes da academia, que contam, em alguns casos, com orçamento próprio, como evidencia a fala de uma das entrevistadas:

“Temos um financiador que tem um olhar para política pública, o que nos permite criar estratégias por projeto da forma como achamos melhor. Não adianta ter um monte de leis e decretos, se as pessoas não sabem o que isso significa e não se apropriam.”

Resultados

A concepção sobre o conceito de REA nesse grupo é mais específica quanto mais próxima se encontra a agente em questão do campo. Nesse sentido, entre aquelas que pertencem ao primeiro subgrupo (organizações atuantes no campo REA e da cultura livre), a definição se aproxima ou reproduz a da Unesco (2011), que contou com a colaboração de membros da própria comunidade REA no Brasil. Essa definição estabelece dois critérios fundamentais para os REA: licenciamento e formato.

REA são materiais de ensino, aprendizado e pesquisa em qualquer suporte ou mídia, que estão sob domínio público, ou estão licenciados de maneira aberta, permitindo que sejam utilizados ou adaptados por terceiros. O uso de formatos técnicos abertos facilita o acesso e o reuso potencial dos recursos publicados digitalmente. Recursos educacionais abertos podem incluir cursos completos, partes de cursos, módulos, li-

¹³ Foram consideradas individualmente sete entrevistas, já que uma delas aconteceu de forma conjunta com dois representantes de uma única organização.

¹⁴ A separação entre organizações originárias do campo REA e da cultura livre das demais é útil para compreender as diferenças de posições no que diz respeito a temas específicos do campo, como licenciamento e formatos abertos, por exemplo, assim como outras divisões internas do grupo.

¹⁵ Apenas um entrevistado no grupo é do sexo masculino.

vros didáticos, artigos de pesquisa, vídeos, testes, *software*, e qualquer outra ferramenta, material ou técnica que possa apoiar o acesso ao conhecimento (UNESCO; COMMONWEALTH OF LEARNING (COL), 2011)¹⁶.

A maioria das representantes do segundo subgrupo (originárias de outros campos e atuantes no entorno do campo REA) dialogam com essa definição ou com a filosofia dos REA em maior ou menor medida.

“Abrir os recursos educacionais significa, primeiramente, democratizar o acesso aos materiais, considerando-os como bens públicos, e possibilitar que sejam adaptados e contextualizados conforme a realidade e necessidade de cada comunidade educativa.”

Apenas duas pessoas (representantes de uma mesma organização) apresentam uma concepção destoante em que se prioriza a modularidade, que garante que um mesmo recurso possa ser utilizado em diferentes contextos, em detrimento da abertura, o que permitirá justamente a adaptação do recurso às diferentes realidades:

“O REA, ele não se limita a tipo de arquivo, de conteúdo, a proposta e objetivo. Eu vejo o REA como tudo aquilo que, de certa forma, seja um módulo: tenha começo, meio e fim. Que, por si só, represente alguma coisa e que tenha por objetivo ensinar alguém a, em última instância, aprender. E de modo aberto, ou seja, ele está disponível pras pessoas.”

Nota-se que, nesse caso, a ideia de abertura aparece associada à disponibilidade do recurso e não à possibilidade de adaptação garantida por licenças e formatos.

Do mesmo modo que a ideia de abertura é apresentada com diferentes significados, o aparente consenso em torno do conceito de colaboração – considerado pelo grupo como fundamental para os REA – também esconde várias interpretações. Principalmente entre as representantes do primeiro subgrupo, o termo está associado ao uso de formatos abertos, o que não parece ser uma questão fundamental para os agentes do entorno do campo.

“Os formatos são essenciais para garantir acesso independentemente da empresa X, Y ou Z. Ainda não chegamos nesse ponto quando se trata de REA. Temos falado muito de direitos do autor e licenças abertas. A própria definição da Unesco dá preferência aos formatos abertos em sua definição, mas não é algo que a compõe de fato.”

“Temos barreiras, nem todo mundo sabe mexer com programação e criar a partir de formatos abertos, mas a abertura só existe se o formato permite o remix com mais facilidade.”

Para algumas, a ideia de colaboração implica a valorização de docentes e alunos:

“A colaboração traz uma discussão sobre a produção do conhecimento, o processo de ensino e aprendizagem e o papel do professor nessa sociedade da informação. É necessário retomar/valorizar o papel do professor como intelectual, (co)produtor e mediador de conhecimentos. Dele e do grupo de alunos e, em última instância, da escola. Claro que um bom professor, ainda que utilize somente o livro didático, pode fazer um trabalho bom e criativo com seus alunos. Mas, na sociedade digital e de informação na qual vivemos hoje, restringir as possibilidades de criação e produção do professor e dos alunos significa, no mínimo, empobrecer e desqualificar a sua atuação.”

A importância da colaboração e participação dos professores parece ser um consenso no grupo. Já no que diz respeito à participação dos alunos, essa ainda é restrita ao acesso e uso dos materiais e não inclui a concepção do material em si.

¹⁶ Definição da Unesco e Commonwealth of Learning (COL) de 2011, que teve a colaboração de membros da comunidade brasileira de REA em sua elaboração.

A colaboração também é associada à qualidade. Há um certo consenso de que a participação de diferentes agentes na construção de um determinado conteúdo contribui para sua melhoria. As concepções de qualidade, no entanto, não foram explicitadas em todas as entrevistas e não necessariamente são consensuais.

“Um REA pode ser criado por uma pessoa ou um grupo de pessoas. Pode-se criar um REA em processo colaborativo, com ganhos, mas isso não pode ser um impedimento. Se você é um professor e quer compartilhar o que cria, ótimo. Dependendo de como os recursos são publicados, a colaboração contribui para melhorias. Muitos olhos fazem o negócio melhorar.”

Quando questionadas sobre a licença considerada ideal para os REA, três entrevistadas convergem em relação às licenças CC-BY ou a uma licença que ofereça o mínimo possível de restrições – todas representantes do primeiro subgrupo. A grande justificativa é que:

“[A licença CC-BY] é a mais livre, mais interoperável, não vai ter problema com repositórios diferentes. Pode fazer tudo, mas tem que atribuir. Todas as outras têm alguma forma de restrição.”

Licenças *Creative Commons*, de forma genérica, foram mencionadas apenas por uma pessoa do segundo subgrupo: “Penso que [o ideal para os REA] seja uma licença livre, como o *Creative Commons*, pois possibilita que o autor defina as formas de acesso ao material”.

Considerando que há diversos tipos de licenças *Creative Commons* e que o conceito de licença livre restringe-se a apenas alguns desses tipos, a posição apresentada por essa entrevistada evidencia certo desconhecimento do tema. Ainda assim, a explicação de que o autor pode definir as formas de acesso ao material indica que há certa compreensão do conceito dessas licenças.

Uma terceira posição encontrada em uma agente do primeiro subgrupo é a de que qualquer licença alternativa ao “todos os direitos reservados” deve ser considerada REA “porque mesmo a mais restritiva já é um avanço em relação a *Copyright*”.

Tabela 2 – Licença considerada ideal para os REA pelas representantes de organizações da sociedade civil

Subgrupo	Descrição	Licença considerada ideal para os reas
Organização originária de outros campos	Organização do campo da educação com atuação na área de tecnologias	<i>Creative Commons</i>
Organização originária de outros campos	Organização do campo da educação com forte atuação na área de tecnologias	CC-BY
Organização atuante no campo REA e da cultura livre	–	CC-BY
Organização atuante no campo REA e da cultura livre	–	CC-BY
Organização atuante no campo REA e da cultura livre	–	CC-BY / CC-BY-SA
Organização atuante no campo REA e da cultura livre	–	Todas as licenças alternativas devem ser consideradas REA porque mesmo a mais restritiva já é um avanço em relação ao <i>copyright</i> – o conceito passa pelo entendimento das licenças.
Organização originária de outros campos	Organização do campo da educação com forte atuação na área de tecnologias	–

Fonte: Elaborada pela autora.

Quando se trata das práticas, outras opções de licenciamento aparecem, principalmente as que restringem o uso comercial dos materiais (CC-BY-NC), mencionadas por três de seis entrevistadas que responderam à pergunta. A restrição ao uso comercial (cláusula NC) é um ponto de cisão no grupo. Duas pessoas do primeiro subgrupo apresentam uma posição crítica em relação a esse tipo de licença, dialogando com as discussões do movimento de cultura e *software* livre e com a definição de licenças livres.

“A gente está falando de circulação de conhecimento e essa restrição [não comercial] é uma forma de limitar os derivados. A riqueza justamente virá da diversidade e pelos diferentes atores e objetivos desses atores. Não vejo vantagem em restringir o uso comercial. O espírito é da circulação e da abertura do conhecimento. Eu teria que ser convencida da vantagem de licenças muito restritivas. Porque isso pode ser caso a caso.”

“Objetivo de REA é gerar e garantir uso e para isso tem que ser CC-BY. Só que existem medos e preconceitos. E, para lidar com isso, muita gente adota a NC, o que gera incompatibilidade com canais como a Wikipedia. É um problema prático do que fazer com aquilo que está gerado.”

“Todos os projetos de lei requerem NC-SA. Todo mundo sabe que terá problemas, menos possibilidades, menos inovações, mas estão com medo das empresas se apropriarem. É uma concessão política que temos que fazer para o negócio sair.”

As demais posições são diversas e, no geral, defendem ou justificam a restrição NC. Uma agente do primeiro subgrupo defende que se trata de uma questão de contexto e que o mais importante é a consciência na escolha da licença.

18

“Mais do que estas [licenças que restringem o uso comercial], não gosto das que não permitem obras derivadas. Apesar de entender que uma ou outra instituição pode estar mais receosa [...], só de não estar em *copyright* já é um avanço.”

“É uma escolha da pessoa, não podemos impor tipos de licença a serem escolhidos. A pessoa tem que ter consciência do porquê está escolhendo aquela licença. Não gostamos do Share Alike, porque não achamos certo fazer com que o usuário tenha que usar a mesma licença que nós. Isso faz sentido para *software*, mas nem para todos os materiais. Nosso foco é a livre escolha.”

Já uma pessoa do segundo subgrupo afirma que, por se tratar de uma organização sem fins de lucro, os materiais produzidos não devem ser utilizados para fins comerciais.

“Acho ainda uma polêmica e é preciso muita discussão sobre isso. Aqui [...] os materiais em *Creative Commons* são restritos ao uso não comercial, pois a nossa instituição não tem fins lucrativos, assim como os recursos que financiam nossas produções são oriundos de investimento social privado.”

Quando se pensa na relação com a escola, um grande consenso no grupo é o de que os REA podem contribuir com a melhoria da qualidade da educação e impulsionar uma transformação estrutural da cultura e da instituição escolar. Existe uma compreensão de que a transformação trazida pelos REA no âmbito da escola reflete uma transformação maior da sociedade, em que a fronteira entre produção e consumo de conhecimento, cultura e informação desaparecem.

“Fala-se muito que a internet possibilitou sermos todos criadores e é importante que isso comece na sala de aula: gerar essa autoria consciente e responsável na sala de aula e ter o REA como um instrumento pra isso. [...] Colocar na escola essa possibilidade de existirem formas inovadoras, de gerar habilidades, das pessoas se tornarem criadoras. Isso impacta em várias coisas: design do currículo, habilidades dos professores, abre possibilidades de parcerias internacionais, regionais...”

Uma visão implícita nessas concepções é a de que o mundo mudou e a escola precisa acompanhar essa mudança preparando os estudantes para uma nova realidade. Isso se evidencia na fala de uma representante do segundo grupo:

“É uma mudança de cultura. Estamos muito acostumados a ser receptores e não produtores da informação/conhecimento. Além disso, a educação ainda trabalha pouco com práticas participativas e colaborativas.”

Duas das respostas esboçam um projeto de transformação da escola e da educação. Assim, se alguns concebem mudança cultural que ocorre de forma indireta com a entrada dos REA e sua filosofia no mundo escolar, aqui parece haver uma proposta pedagógica e de gestão que impulsionaria essa mudança.

“Você está falando de tecnologia e pessoal, mas está falando de várias tecnologias, de vários outros métodos, de várias formas de se trazer mais interesse, mais engajamento e de concretizar diferentes métodos de aprendizagem. Então, a plataforma é uma ferramenta para o professor em sala de aula [...]”

“Percebemos que havia escolas usando plataformas personalizadas e que o aluno tinha autonomia para escolher o que estudar, com que recurso... Oferecer uma playlist e o aluno poder escolher aquele com que se afina mais.”

O oferecimento de diferentes opções de métodos de aprendizagem pode refletir uma preocupação em se atrair o interesse dos alunos por meio de variadas plataformas e conteúdos, o que responderia a um diagnóstico de que, com as novas tecnologias e a velocidade da informação, a escola teria se tornado obsoleta e pouco atraente para os jovens. Trata-se de um discurso comum nos meios de Comunicação, que é usado muitas vezes como justificativa para se investir na convergência entre tecnologias e educação.

Em termos de políticas públicas, a avaliação geral das entrevistadas é de que os incentivos para os REA são poucos ou inexistentes.

“[...] sei que há um projeto de lei federal sobre o REA, determinando que todos os materiais didáticos produzidos com recurso público devem ser REA. Porém, assim como todos os temas de educação, não parece ser prioridade em política pública.”

A maioria também concorda que as barreiras para o avanço desse tipo de política vêm de uma legislação – principalmente de direitos autorais – defasada e de um mercado editorial resistente a mudanças. Para algumas pessoas, tanto o âmbito econômico quanto o legal não conseguiram acompanhar as mudanças observadas na sociedade no que diz respeito à produção e à distribuição de conhecimento, cultura e informação.

“É necessária uma quebra de paradigma, em especial na questão dos direitos autorais. Na cultura digital, a ideia de autoria sofre grandes transformações. Os sites de compartilhamento, como YouTube, a produção colaborativa, como Wikipédia, estão oferecendo e possibilitando novas formas de produção cultural e de circulação do conhecimento. É necessário haver uma revisão no âmbito legal mesmo.”

“Acho que estamos vivendo uma quebra de paradigma. As TICs propiciaram essa questão de você não ser mais passivo e poder também recombinar e redistribuir os seus produtos. Isso se aplica aos REA, dados abertos, aplicativos cívicos e outras coisas que vêm surgindo nesse novo mundo. Toda a estrutura que a gente vive, arcabouço legal, modelos de negócio, sistemas de avaliação estão numa outra lógica. Existe ainda um longo caminho pela frente para que essa mudança social contamine e seja incorporada dentro da academia, do governo e das empresas.”

“Existem muitos interesses econômicos no entorno do REA e algumas indústrias como a editorial dependem de um nicho de mercado bem específico e fechado. Uma vez que eles não querem inovar no modelo de negócios, o lobby acaba sendo muito grande.”

Mais de uma pessoa do grupo recorda o episódio do veto do governador do Estado de São Paulo ao PL 989/2011 como algo marcante e simbólico no que diz respeito às políticas públicas no Brasil¹⁷.

“A conjuntura da formação política é um complicador. Os processos e negociações são lentos e quando conseguimos aprovação, como no caso do Estado de São Paulo, o governador veta a lei não porque ela é ruim, mas com a justificativa de que propor esse tipo de lei é atribuição do executivo e não do legislativo. Mas é claro que sabemos que outros fatores e interesses estão por trás dessa decisão.”

“Esse episódio pode ilustrar perfeitamente porque [o processo] não vai para frente aqui no Brasil. Não quero reduzir o cenário a um episódio, mas foi muito significativo. Tinha grande envolvimento de pessoas muito sérias para aprovar esse projeto que era exemplar na região.”

Apenas uma das organizações entrevistadas apresenta uma posição diferente, segundo a qual as políticas públicas não são fundamentais, porém oferecem escala aos experimentos com tecnologias na educação. O poder público é tido como um potencial consumidor de tecnologias educativas do mesmo modo que é atualmente um consumidor de livros didáticos.

[...] claro que as políticas públicas ajudam, mas não quer dizer que seja impossível sem elas. Temos milhares de exemplos por aí de pessoas que estão revolucionando sua escola, seu ambiente de aprendizagem sozinhos e fazendo isso muito bem. Eu diria que existem [...] alguns ajustes que poderiam ser feitos para acelerar esse ambiente. [...] Tem muitas soluções pagas que são ótimas, como o governo compra isso? A gente gasta bilhões comprando livro didático, mas não consegue gastar comprando um aplicativo, uma plataforma, um *software*[...] é muito difícil isso ainda. Então, isso seria uma coisa muito interessante de ser ajustada para possibilitar uma expansão desse mercado, desse fluxo.”

“Eu acho que as políticas públicas deveriam estar preocupadas em apreender as necessidades que as pessoas têm. Ela não pode ser um empecilho, ela precisa ser uma solução. [...] Ela não pode atravancar as possibilidades que a gente tem de mudar. Se não atrapalhar já está bom.”

Novamente, é importante ressaltar que se trata de um grupo de organizações que intervêm na formulação de políticas públicas de forma organizada. Entre os entrevistados há relatos tanto de incidência direta, com atividades como lobby e redação de legislação, como de incidência indireta, por meio de atividades de formação, produção de conhecimento, prestação de assessoria e/ou com o estabelecimento de parcerias com secretarias de educação estaduais e municipais.

Academia

No grupo de afinidade Academia foram entrevistados nove pesquisadores de diferentes universidades e áreas do conhecimento que pesquisam especificamente REA ou outros temas, mas que, entre suas atividades, produzem REA. A maioria do grupo tem alguma conexão com REA e/ou com os movimentos de ciência aberta, cultura livre, *software* livre etc.

¹⁷ A entrevistada refere-se ao PL 989/2011, que buscava disponibilizar conteúdos educacionais desenvolvidos com ou subsidiados com recursos públicos do Estado de São Paulo e que foi totalmente vetado pelo governador Geraldo Alckmin. Observatório da Educação. Disponível em: <<http://www.observatoriodaeducacao.org.br/index.php/sugestoes-de-pautas/48-sugestoes-de-pautas/1199-alcmin-veta-projeto-que-amplia-acesso-a-conteudos-educacionais-em-sp/>>. Acesso em: 9 set. 2014.

Além disso, entre os entrevistados e entrevistadas, alguns têm ou tiveram uma atuação muito próxima a organizações da sociedade civil, ajudando a construir conceitos e a desenhar propostas de políticas públicas para o setor. Apesar da atuação de alguns desses agentes se mesclar com a das organizações da sociedade civil, optou-se por considerá-los como um grupo à parte, pois suas contribuições se dão majoritariamente no âmbito acadêmico.

Resultados

A primeira coisa que chama a atenção nesse grupo é a presença de uma crítica implícita ao modo como o conceito de REA se desenvolveu no Brasil. Em mais de uma das entrevistas¹⁸ se aponta para uma limitação à questão do licenciamento que termina por restringir o conceito e sua aplicação prática.

“O licenciamento é a premissa dos REA. Depois disso, tem muita coisa. A discussão não pode parar por aí. Temos que pensar de forma pedagógica. Tem uma ideologia. Não pode ficar no discurso vazio. Tem que explorar isso. O que está por trás disso e o que significa. O licenciamento na Europa foi a primeira fase dos REA. Depois veio reutilização, institucionalização, engajamento das pessoas. Às vezes, ficamos muito parados discutindo licença.”

“Mas mesmo isso [a definição de REA relacionada a licenças e formatos] deixa de fora um outro lado que é o lado do uso da coisa. Não adianta nada você ter formatos abertos e licenças livres e não ter uma cultura de recombinação e de reutilização, de adaptação. Não ter maneiras de você exercer essas liberdades.”

“A definição não tem conexão com a prática. Podia ter ponte maior com prática aberta. É mais importante falar de autoria e colaboração do que ficar ensinando a lei de direitos autorais e como licenciar sua obra em *Creative Commons* ou como fazer pesquisa de algo aberto.”

Em alguns casos¹⁹, a crítica está associada a um diagnóstico de que o conceito de REA se afastou das práticas de educação popular, democrática e outras já existentes no campo da educação.

“Eu acho que quando se faz um discurso do REA sem fazer um discurso da educação livre, ele não muda muita coisa. Você não vai mudar a cultura da pessoa, o hábito [...]”

Ainda que a crítica esteja presente, porém, ela parte de um pressuposto comum a todo o grupo: o conceito de REA, tal como está colocado atualmente no Brasil, implica na discussão sobre licenciamento e formatos. Essa clareza e o diálogo com a definição internacional da Unesco, por exemplo, pode refletir o fato de que todos os entrevistados encontram-se mais próximos dos debates sobre cultura e conhecimento livres do que nos demais grupos²⁰.

“[O REA tem que ter uma] Licença que permita cópia, distribuição, uso comercial, colocar em domínio público. Apostar em abrir. Pessoas vão abrindo aos poucos, mas para ser REA tem que ser de fato aberto.”

“Um REA é todo material utilizado para o ensino/educação que não tenha nenhuma vinculação, em termos de custo, com qualquer instituição. Ou seja, o fato de ser livre, significa que pode ser utilizado livremente, sem o pagamento de taxas ou qualquer custo relativo ao pagamento de direitos autorais.”

“[O REA tem] Três requisitos: técnico (formatos e dados abertos); ferramenta (livre, permite que possa ser reaproveitado como queremos) e legal (licenças). Isso facilita trabalho do professor e garante a apropriação pelo aluno.”

¹⁸ A crítica aparece nas declarações de três dos entrevistados.

¹⁹ Duas das entrevistas em que aparece a crítica ao conceito.

²⁰ O grupo Academia e o de Organizações da Sociedade Civil (OSC) são aqueles em que se concentram pessoas conectadas com esses movimentos. O grupo das OSCs, porém, é mais diverso e pode ser dividido entre organizações atuantes no campo REA e de cultura livre e originárias de outros campos, de modo que as posições são mais variadas.

Apesar desse consenso, alguns apontam para o fato de que a definição de REA ainda está em discussão no campo.

“Temos definições bem abrangentes [...]. Eu, no caso, prefiro REA como sendo materiais educacionais para ensino disponibilizados de forma livre e aberta por meio de licenças abertas, de modo que qualquer um possa usar e adaptar de forma flexível e sem restrições. Requisito é ser disponível e livre, com formato aberto e licença aberta.”

“Não adianta você imaginar que existe uma única definição da coisa porque não existe. Pessoas diferentes falam coisas diferentes. Claro que quando é uma questão de definir o que é, é para separar o que tem mais e menos impacto em termos formais. Aí você vai ter um discurso mais claro de que REA tem que ser formatos abertos, licenças livres e acabou.”

Se há consenso acerca do conceito de REA, as divergências e nuances começam a aparecer quando se busca aprofundar no tema licenciamento e formatos. Nota-se, por um lado, a existência de um grupo de acadêmicos que convergem na defesa de um conceito claro de licenças livres que seriam ideais para os REA.

“No conceito de abertura a [licença] mais adequada seria a CC-BY. A menos restritiva possível. É a que permite reusar, adaptar e remixar, compor com outros recursos. Atende ao conceito de abertura.”

“[As licenças ideais para os REA são] CC-BY, CC-BY-SA, CCO ou qualquer licença com permissões semelhantes. Adicionalmente, indo além da questão do licenciamento, obras em domínio público.”

“[...] livres são as licenças que [...] no máximo impõem o compartilhamento pela mesma licença e a atribuição. [As restrições ao uso comercial são] uma forma de se permanecer reservando direitos para si. Isso é extremamente problemático, porque quem tem sucesso no ambiente de direitos reservados é quem é capaz de pagar pela reserva desses direitos. Então, todo tipo de restrição dessa natureza vai, no longo prazo, favorecer as grandes corporações, quem já têm acúmulo, quem já têm dinheiro. E vai dificultar a vida de quem não tem e de quem precisa gerar renda de alguma forma e não tem capital para iniciar um processo [judicial].”

“Não se deve bloquear o uso comercial. Às vezes, o que a gente chama uso comercial é a viabilidade para o pequeno projeto comunitário. [...] Eu acho que isso [uso comercial] é legítimo sim, para o autor isso é muito bom, divulga a obra dele. A minha concepção de aberto é a que permita todo tipo de uso.”

Por outro lado, do mesmo modo que entre as organizações da sociedade civil, alguns compreendem que os REA não se restringem aos materiais licenciados com licenças livres, porém com qualquer licença flexível²¹. Pode-se dizer que se trata de uma tendência em não se limitar o conceito a uma licença específica que convive com uma priorização das licenças livres. Por isso, quando se fala em ideal, as licenças CC-BY e CC-BY-SA são um consenso.

“Temos que respeitar as diferenças de licenças. Existe uma coisa que se chama o ideal e o real. O ideal é que todos usassem compartilhamento, reúso, CC-BY. Gostaria de ver isso acontecer. Mas também faço parte do mundo real. Nem para todo contexto é adequado e possível. Para alguns casos, o uso não comercial é mais adequado.”

“Não digo que dependendo da licença não é REA. Quando [se] pensa em flexibilizar já é um ganho. Mesmo que a possibilidade seja distribuir, já e avanço. O ideal é a mais aberta possível.”

Algumas entrevistas apontam para a existência de divergências no campo.

²¹ Consideram-se licenças livres as licenças do tipo CC-BY e CC-BY-SA ou equivalentes e licenças flexíveis outras licenças alternativas ao direito autoral padrão, porém que mantêm restrições de uso. Para mais informações ver: *Definition of Free Cultural Works*. Disponível em: <<http://freedomdefined.org/Definition/Pt>>. Acesso em: 10 set. 2014.

“Acho que a própria comunidade tem que amadurecer isso [tema do licenciamento], mas entendo que essa consciência de se perder o medo de se abrir totalmente é algo gradual.”

Isso, às vezes, reflete-se em uma conclusão de que a discussão sobre licenciamento estaria travando o avanço dos REA, que dialoga com as críticas ao conceito “formalista” ou “legalista” de REA que aparecem no grupo.

“Temos que ter flexibilidade. O que quero dizer? Quanto mais preso, acaba fechando o movimento em vez de abrir. Queremos abrir tanto, que acabamos fechando. Contextos são diferentes. Às vezes, por uma questão institucional, política ou contextual uma instituição não pode fazer... Se tiver menção de abertura já é um grande passo.”

“Impeditivo [ao avanço dos REA] é o conceito legalista. Se [a pessoa] não entende o que é direito autoral nunca vai chamar o que ela faz de REA por mais que tenha os princípios.”

O mesmo diagnóstico aparece quando se discute formatos abertos. Ainda que haja certo consenso sobre sua importância, alguns apontam que pode se tratar de algo que restrinja excessivamente o conceito de REA.

“Não devemos deixar de liberar material porque não tem todo processo pronto 100% aberto ainda. Não é isso que vai fazer com que não libere material. Vou trabalhando nisso processualmente. Essas coisas não podem impedir com que os REA aconteçam. [Tem] Gente dentro do movimento que é muito radical com isso.”

“Não tem como ter universo bem formado de REA se não tiver formatos abertos. Só acho que, no momento e no país em que estamos, falar para alguém que compartilha em .doc [formato de texto fechado da Microsoft] que não está compartilhando recurso aberto é ir contra um ideal maior de movimento e de ajudar esta pessoa a entrar. [...] Todo o mundo consegue abrir um doc. O movimento não avança enquanto os governos não adotarem e pessoas não entenderem [a importância dos formatos abertos].”

Apesar disso, com exceção das posições expressas acima, os demais entrevistados (sete) concordam que os formatos abertos são fundamentais para o cumprimento dos princípios dos REA. Novamente, esse consenso parece ser uma consequência da proximidade do grupo com o movimento *software* livre e dos temas da cultura e conhecimento livres.

“Formatos abertos são cruciais para a interoperabilidade e o acesso ao conhecimento. São importantíssimos para as plataformas onde são compartilhados/armazenados os REAs, bem como para o próprio conteúdo compartilhado. Não tenho conhecimento de uma pesquisa que quantifique o uso de formatos/standards abertos no Brasil, em qualquer contexto (REAs, administração pública, indústria etc.). É um tema que merece atenção.”

“Para mim, é mais essencial que o direito autoral se pensar no uso. Se não uso formato aberto, restrinjo, só colabora comigo se tiver determinado *software*. Mas, no geral, as pessoas dão pouca importância a formato na vida... [Mas, isso] Vai crescer porque daqui a pouco não vão mais conseguir abrir seus arquivos digitais, porque usam formatos proprietários.”

“Os formatos abertos são parte fundamental da definição de REA em algum sentido mais do que as licenças, porque as licenças você pode violá-las e resolver seu problema na justiça depois. Um formato fechado você não pode violar a não ser que você tenha uma capacidade técnica e um tempo e uma energia muito avançada para fazer a engenharia reversa daquilo ou depender de outras pessoas para fazer isso. [...] Sem formatos abertos a discussão toda é quase muda.”

“[A discussão sobre formatos abertos é] Fundamental porque a gente tem que pensar no reúso, então tem que ser um formato não proprietário, que não tenha restrições de patentes ou direito autoral de alguma forma. Eu acho que isso é super importante para a definição [de REA].”

Sobre esse tema, uma declaração destoa:

“Se estamos criando conteúdo para o professor, claro que tem que ser todo aberto: alguém vai remixar, reutilizar. Se estou criando para usuário final, que vai consumir da maneira como está, talvez o formato não seja importante e posso brincar com *flash*, porque quero que a pedagogia desse material seja importante para o usuário final.”

A classificação de usuários entre os que podem remixar e aqueles que podem apenas consumir conteúdos vai ao encontro da maioria das declarações do grupo, que compreende que a fronteira transmissor-receptor – na escola ou fora dela – tende a desaparecer. Quando se pensa no papel dos REA para a transformação da escola isso é mais evidente, uma vez que a mudança nas relações entre professores e alunos e dos sujeitos com o próprio conhecimento é considerada fundamental nesse processo.

“[Os REA] Incentivam mais a colaboração do aluno. [O professor] Acaba perdendo o papel de transmissor e passa a ser um colaborador. Por parte do aluno, ele deixa de ser ‘consumidor’ de conhecimento [...]. É uma forma mais participativa de ensino, sai do esquema tradicional.”

“Não estamos falando na qualidade de se o papel é grosso ou a capa é dura, mas de propriedades mais fundamentais: a capacidade de se transformar o que está escrito, o conteúdo. Isso é o natural do conhecimento. [O REA] Traz uma propriedade natural do conhecimento à tona já na escola. Tira o papel do aluno de receptor e permite que ele se torne agente da criação do conhecimento. Do ponto de vista epistemológico é que o REA evidencia essa questão.”

Nota-se que a transformação apontada nessas entrevistas está associada a uma mudança mais ampla nas relações de produção de informação, conhecimento e cultura que entraria na escola através dos REA.

Outra visão que dialoga com a anterior tende a apontar que os REA estão associados a um projeto pedagógico para além de “questões técnicas”, mas que essas questões técnicas viabilizam, por sua vez, a existência dos REA e desse projeto.

“[Os REA] abrem possibilidades para novas formas de relação entre professor e material didático, professor e professor, professor e alunos. [...] Os recursos serem em formatos abertos é fundamental para você ter qualquer possibilidade de dinâmica de produção escolar: de recombinação, reprodução, colagem, assimilação. As licenças são importantes também, especialmente em espaços onde existe mais vigilância desses assuntos, que infelizmente são cada vez mais espaços. [É necessário] Entender que licenças e padrões são maneiras de garantir a existência de REA e que REA é uma forma de pensar a educação e os recursos educacionais que vai além dessas discussões técnicas.”

Finalmente, ainda desse ponto de vista, chama-se atenção para a importância de se valorizar as práticas já existentes no campo da educação.

“É muito instrumentalista e ferramental achar que um recurso altera a prática escolar. Se parte do pressuposto [de] que REA é legal porque permite remixar e é muito potente para alterar práticas. Mas não significa que não se possa fazer isso sem REA.”

Aparece também no grupo uma concepção mais específica da transformação da escola que passa pelos REA, mas não se limita a eles.

“Imagino os REA dentro de um contexto maior, que vai além da colaboração entre professores, troca de material [...] Imagina uma escola desmembrada, onde as pessoas podem escolher onde estudar: um curso em uma universidade e outro em outra, ir acumulando créditos e depois ganha um diploma. [...] É esse rumo que a educação está tomando internacionalmente. O da certificação livre, educação não formal. [...] O REA está nesse contexto, é uma pedra preciosa fundamental. [...] Por isso não podemos parar na discussão das licenças e muito menos se é REA e não é REA.”

Todas essas declarações sobre potência dos REA no mundo escolar possuem pontos de contato, porém, mostram que, por mais que haja certo consenso na Academia sobre o conceito REA, ele não necessariamente reflete um projeto pedagógico ou educacional comum.

Poder público

De 14 representantes de diferentes instâncias do poder público contactados durante o processo de realização do estudo de campo, somente três responderam à entrevista. Outros três sinalizaram seu interesse em participar da pesquisa, porém, finalmente, deixaram de responder ou, tendo optado por fazer a entrevista por e-mail, nunca enviaram seu questionário respondido. A seleção da amostra se deu com base na identificação de instâncias que possuíam algum tipo de política pública ou iniciativa relacionada a REA.

O número restrito de entrevistas nos oferece uma visão limitada do grupo. O que se apresenta, a seguir, portanto, são alguns “primeiros achados” e impressões a partir das três entrevistas obtidas.

O grupo é composto por representantes da Secretaria de Educação Municipal de São Paulo e do Rio de Janeiro e da Secretaria Estadual de Educação da Bahia.

Breve descrição das iniciativas de liberação de conteúdos

Apresenta-se a seguir uma breve descrição das iniciativas levadas adiante pelas instâncias do poder público às quais os entrevistados pertencem e às quais farão referências em suas entrevistas.

Decreto municipal de São Paulo

A cidade de São Paulo conta, desde 2011, com um decreto que dispõe sobre a utilização de conteúdos da Secretaria Municipal de Educação (SME-SP). O Decreto 52.681/2011²² determina que todas as produções intelectuais da SME devem ser disponibilizadas na página da própria Secretaria. Isso inclui livros, materiais didáticos, orientações curriculares e manuais de orientação para o programa de alimentação escolar. Além disso, segundo o texto, a licença adotada deve ser equivalente a uma *Creative Commons atribuição, não comercial, compartilha igual* (CC-BY-NC-SA).

Educopédia (Rio de Janeiro)

A Educopédia é uma iniciativa da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME-RJ). Criada em 2010, trata-se de uma plataforma colaborativa de aulas digitais acessível para professores e alunos da rede municipal do Rio de Janeiro, assim como visitantes. Segundo o *site* da SME, os conteúdos foram criados

²² Íntegra disponível em: <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=27092011D%20526810000>. Acesso em: 9 set. 2014.

por cerca de 300 professores com o objetivo de tornar o ensino “mais atraente e mobilizador para crianças e adolescentes, além de instrumentalizar o professor”. Os conteúdos incluem – além das aulas digitais – planos de aula e cursos de formação para professores. Todos os materiais estão licenciados com licenças *Creative Commons atribuição* (CC-BY) ou *Creative Commons atribuição, não comercial, compartilha igual* (CC-BY-NC-SA).

Ambiente Educacional Web (Bahia)

Uma iniciativa do governo estadual da Bahia, o Ambiente Educacional Web (AEW) foi lançado em 2013 e encontra-se atualmente em versão beta²³. O AEW reúne conteúdos de diversas fontes e os disponibiliza para a comunidade escolar. Além disso, há uma rede social que permite a interação e o compartilhamento de materiais entre professores, estudantes e funcionários das escolas da rede pública estadual e uma seção com recomendações de *software* e ambientes de apoio à produção de conteúdos educacionais digitais.

Resultados

O grupo Poder Público, apesar de pequeno, é diverso no que diz respeito às trajetórias dos entrevistados. Um de seus membros se autodenomina um militante do *software* livre, e os demais vêm da academia da área de educação. Essa observação é importante porque um deles – o que está ligado ao movimento de *software* livre – separa-se do grupo ao negar o conceito de REA²⁴. Em suas palavras:

“Conhecemos o movimento REA, mas sentimos falta da garantia de algumas liberdades. E falta de referência: algumas pessoas mal sabem o que é *software* livre. O REA se aproxima mais do *software* gratuito ou de código aberto. Nós usamos outro conceito, o de mídia e tecnologia educacional livre.”

Segundo esse representante do poder público, a diferença estaria em não se entregar uma “caixa fechada”. Para ele, não se poderia chamar de REA o que é apenas gratuito sem que se possa resgatar o processo. Nesse sentido, os formatos seriam primordiais.

A cisão no grupo fica mais clara quando se observa a concepção de REA dos demais entrevistados. Um deles afirma que é ter tudo “o mais aberto possível”, mas não entra em detalhes sobre o que seria essa abertura (licenças, formatos etc.). O outro coloca como central a questão da colaboração no processo de produção do recurso, trazendo para a discussão as relações de trabalho estabelecidas. Para ele, cada produtor de REA deve ser consciente de seu trabalho.

“Se o espírito de criação é coletivo, tem que ter um reconhecimento desses profissionais. [...] O trabalho em REA não é militância, é um trabalho de conceito político que tem uma dimensão profissional. Vai ser público não porque o nome dele [autor] vai se espalhar pela humanidade, mas porque é um legado para ser transformado, aperfeiçoado pelos próximos usuários do trabalho dele.”

Quanto à relação com o mundo escolar, apenas dois entrevistados responderam à pergunta pensando nas políticas e/ou iniciativas que têm desenvolvido. Um deles se foca nas iniciativas de formação de professores e estudantes e no estabelecimento de uma cultura de colaboração e produção livre. Ele dialoga com a posição apresentada nos grupos Academia e Organizações da Sociedade Civil, uma vez que compreende que a escola deve acompanhar as mudanças que ocorrem de forma mais ampla na sociedade.

²³ Isso significa que a plataforma segue em fase de desenvolvimento e testes.

²⁴ Trata-se da única pessoa em toda a pesquisa de campo que buscou se distanciar desse conceito.

“Educação tem que promover processos de colaboração abertos. Não queremos estimular pirataria nem criar barreiras ao conhecimento.”

O outro cita melhorias em termos de infraestrutura e motivação que o projeto baseado em REA teria trazido para as escolas. Assim, a transformação viria como uma consequência da entrada dessas produções na sala de aula.

“Interferiu muito: desde repensar as práticas na sala de aula até a motivar tanto professores quanto alunos.”

A importância da colaboração para os REA aparece como um consenso no grupo, porém trata-se de um conceito que traz múltiplos significados. Se para um dos entrevistados implica necessariamente em *software* livre e formatos abertos, para outro diz respeito a relações de trabalho profissionais, conscientes e justas. De todo modo, nota-se que se trata de uma ideia crucial, sendo apontada por um dos entrevistados como garantidora de qualidade e significado para os materiais.

Em termos das iniciativas promovidas por cada agente, apenas o caso de São Paulo não implica diretamente na participação de estudantes e professores no processo de criação, uso, adaptação e remixagem de materiais.

Já com relação ao licenciamento, novamente surge um consenso que oculta certas nuances. Para dois dos entrevistados, uma vez que se trata de um recurso público, a abertura é uma consequência natural. Nesses casos, a licença é o que garante que o material cumpra com esse caráter público intrínseco.

“Se não tivesse esse meio de licenciamento [*Creative Commons*], dificilmente [se] ia garantir caráter público e a finalidade do compartilhamento.”

Entre as licenças utilizadas, foram citadas a CC-BY-NC-SA, CC-BY-NC e CC-BY. Duas posições quanto ao uso comercial dos conteúdos aparecem no grupo. Um dos entrevistados – apesar de se identificar com o movimento *software* livre – defende a cláusula NC porque trata-se de um material produzido com dinheiro público e que, conseqüentemente, não deveria ser apropriado para fins privados. Outro entrevistado apresenta uma visão totalmente oposta e mais alinhada às discussões dos movimentos de cultura livre. Para ele o uso da licença CC-BY é o mais adequado porque torna o recurso “mais possível de circular e não restrito para possíveis empreendimentos dos professores ou para começar negócios educacionais”.

Em seu argumento o entrevistado também chama a atenção para a complexa realidade dos professores:

“Achamos que a realidade do professor é complicada e temos que estimular professores a criarem mais recursos e até, se possível, ganhar dinheiro com isso. Por que não?”

A diferença parece ser a compreensão dos dois sobre o que seria um uso privado. Enquanto o primeiro parece querer restringir a apropriação de grandes corporações, o outro se foca nos pequenos empreendimentos.

Quanto à avaliação das políticas públicas na área, nota-se que há poucos estudos ou análises qualitativas e quantitativas sobre o impacto das iniciativas mencionadas. Desafios como equipe reduzida, deficiência em relação à avaliação do uso dos materiais nas escolas e ausência de um trabalho sistematizado são citados por um dos entrevistados ao falar sobre avaliação – um campo em que, para ele, seria necessário se avançar mais.

Quanto aos desafios mais amplos enfrentados na implementação dessas iniciativas, outro entrevistado aponta para a questão da infraestrutura nas escolas, as dificuldades de comunicação e ao fato de que as pessoas não se sentem preparadas para criar e/ou utilizar os conteúdos.

A pressão do mercado, seja através de *lobby*, seja com a pressão decorrente do *marketing* intenso de soluções fechadas, também é considerada uma barreira/desafio para o avanço das políticas públicas por dois entrevistados (o terceiro não se manifestou sobre esse ponto). Um deles alerta para o que considera um momento político crucial no que diz respeito à produção de conteúdos livres:

“Estamos vendo alternativas não abertas e não livres influenciando aqueles que fazem políticas públicas. É um momento de disputa, diálogo e negociação para priorizar o uso de mídias e tecnologias educacionais livres pelo menos na educação. Precisamos juntar forças para garantir políticas.”

Produtores e produtoras

O grupo Produtores e produtoras reúne indivíduos e organizações que produzem recursos educativos para o ambiente digital. Trata-se de produções que incluem métodos, formatos, estruturas e fins diversos. Assim, pode-se identificar dentro desse grupo três subgrupos que foram denominados da seguinte forma: (1) Editoras (grandes conglomerados e independentes); (2) Digitais (também composto por grandes empresas e iniciativas independentes) e (3) Outros (composto por produtores que não se encaixavam na divisão anterior: uma escola e um canal de TV). No total, 12 produtoras²⁵ foram entrevistados durante a pesquisa de campo.

A origem dos entrevistados é diversa e composta por editores, especialistas da área de tecnologias, empresários etc. Do total de 12 entrevistados, pode-se dizer que quatro possuem maior proximidade com o debate sobre REA e o movimento de cultura e *software* livres.

É importante destacar que integram o grupo representantes de empresas com grande influência na opinião pública e no setor público.

Resultados

O primeiro ponto que chama a atenção nesse grupo é que a maioria das empresas produtoras de conteúdos têm, em alguma medida, uma importante fonte de lucros na venda de conteúdos protegidos. No entanto, nenhuma delas rejeitou o conceito de REA que lhes foi dado como um pressuposto no questionário e, ao contrário, buscaram aproximá-lo de suas próprias práticas.

Com isso, esse aparente consenso em relação à nomenclatura oculta certos desvios do conceito de REA consagrado internacionalmente e apresentado anteriormente. Um dos entrevistados afirma que seus conteúdos são abertos como na TV aberta, pois “podem ser acessados”. A mesma confusão entre disponibilidade e abertura aparece na declaração “o que fazemos é REA: acesso gratuito e disponível na rede”²⁶. Nesses casos, associa-se o REA ao acesso em detrimento da possibilidade de apropriação efetiva dos conteúdos através da adaptação, remix etc. Em resumo, para muitos dos agentes do grupo Produtores e produtoras a questão do licenciamento e do formato não é central.

Diferente do que ocorre no grupo Academia, não há uma disputa em torno do termo, mas sim uma tentativa de adaptá-lo às mais distintas práticas e uma confusão com o conceito de objetos de aprendizagem, como se nota na fala de uma entrevistada do subgrupo Digitais.

“Eu acho que [REA] são, às vezes, recursos que facilitam o uso desses conteúdos, são plataformas adaptativas ou são bancos de dados de conteúdos que organizam outros conteúdos que já estão sendo

²⁵ Dois produtores ofereceram uma entrevista em conjunto representando uma única empresa. Nesse caso, considerou-se como uma única entrevista, porém as duas pessoas foram contabilizadas no total da amostra.

²⁶ Vê-se presente aqui a confusão gratuito vs. aberto que preocupava o único representante do poder público que nega o conceito REA justamente por acreditar que ele não é efetivo em fazer essa diferenciação.

disponibilizados. E eu acho que não só o objeto de aprendizagem, mas a plataforma são recursos que ajudam a organizar e facilitam o acesso.”

Ao mesmo tempo, há no grupo certos produtores mais próximos do conceito consagrado de REA. Um produtor independente do subgrupo Digitais deu uma definição similar à apresentada pela sociedade civil e academia:

“Um REA é um material/conteúdo com intencionalidade educativa que incorpora a licença de propriedade intelectual e facilita seu uso e adaptação por outras pessoas. Requisitos fundamentais: licença de uso legal; facilidade para abrir ou fazer adaptações; disponibilidade de arquivos-fonte.”

Por mais que as palavras colaboração, abertura e liberdade estejam fortemente presentes no discurso dos representantes do grupo Produtores e produtoras, as nuances começam a aparecer quando se fala em práticas de licenciamento. Nesse sentido, pode-se desenhar o seguinte cenário:

Tabela 3 – Práticas de licenciamento do grupo Produtores e produtoras

Subgrupo	Produtor	Descrição	Prática de licenciamento declarada*
Editora	I	Grande editora	<i>Copyright</i> – Todos os direitos reservados
	II	Grande editora	<i>Copyright</i> – Todos os direitos reservados
	III	Independente/Pequena/Média editora	Varia de acordo com o produto
	IV	Independente/Pequena/Média editora	Varia de acordo com o produto (CC-BY-NC ou <i>Copyright</i> – Todos os direitos reservados)
Digitais	V	Grande empresa do ramo da tecnologia	CC-BY-SA para plataformas próprias/Varia de acordo com as políticas de licenciamento dos produtores de conteúdos
	VI	Produtor independente	<i>Copyright</i> – Todos os direitos reservados
	VII	Produtor independente	Varia de acordo com o produto
	VIII	<i>Start-up</i> em tecnologias educacionais	Não respondeu para conteúdos próprios**/Varia de acordo com as políticas de licenciamento dos produtores de conteúdos
Outros	IX	Colégio	CC-BY ou CC-BY-NC dependendo do/a produtor/a
	X	Canal de TV pertencente a uma grande empresa de comunicação	CC-BY para conteúdos próprios/Varia de acordo com as políticas de licenciamento dos produtores de conteúdos

* Em mais de um caso foi possível se identificar contradições entre a licença declarada e a encontrada nas plataformas indicadas. A tabela representa apenas as práticas de licenciamento declaradas.
 ** Verificando-se a página da referida empresa, nota-se que os materiais encontram-se em *copyright*

Fonte: Elaborada pela autora.

A partir da tabela anterior, pode-se concluir que as grandes editoras tradicionais seguem, no meio digital, a política de “todos os direitos reservados” utilizada nos materiais impressos, enquanto as menores trabalham com modelos mistos em que coexistem diferentes tipos de licenciamento dependendo do produto. A resistência das primeiras ao uso de licenças mais flexíveis pode se explicar por se tratar de empresas que historicamente mais se beneficiam do modelo de negócios tradicional de produção de materiais didáticos.

No caso dos subgrupos Digitais e Outros, as licenças são variadas, uma vez que as iniciativas também são diversas e nem todos possuem conteúdos próprios. A opção pelo *copyright*, porém, segue sendo considerada como uma garantia de subsistência, como evidencia a fala de um produtor independente:

“Não abro [os materiais] para *Creative Commons*, mas todos disponíveis no Youtube. Não paga para assistir, mas não pode copiar nem derivar. [...] Nossa renda vem de audiência, não tem como abrir mão de audiência. [...] Se tivesse uma renda externa para fazer esses vídeos, uma Lei Rouanet, poderia abrir mão. Poderia ser totalmente aberto.”

Ainda em relação ao tema de direitos autorais, quando questionados sobre como restringir violações ao licenciamento utilizado, a maioria dos que responderam à pergunta afirma não ter uma metodologia ou processo específico para monitorar o uso dos conteúdos. Representantes dos três subgrupos, porém, afirmam que contam com um setor ou uma empresa terceirizada dedicada exclusivamente a tratar do tema, seja para negociar os direitos de terceiros, seja para proteger a empresa de eventuais violações.

“A gente tem um jurídico e um setor específico que cuida de todos os licenciamentos e isso faz parte do trabalho do dia a dia de um pesquisador iconográfico, de um editor. Tem restrições do trabalho que são características do licenciamento. Tudo esbarra na questão de direitos autorais, a não ser que você faça a partir do zero.”

“Às vezes tem co-produção. Não somos detentores de direitos, há uma área que cuida de licenciamento, [pois] não é simples.”

“Normalmente as condições são de não comercialização, alguns usam *Creative Commons*, outros não, e é fechado um a um. Então, tem uma equipe que cuida dessa negociação com os parceiros de conteúdo, não tem uma política única.”

A legislação de direitos autorais também é, por vezes, apontada como barreira por alguns dos entrevistados desse grupo. Mesmo entre os representantes das grandes editoras é possível notar certa insatisfação. Para um funcionário de uma grande editora, por exemplo, por mais que a empresa tenha como base de seus lucros a venda de conteúdos protegidos por *copyright*, não deveria haver restrição ao uso educacional dos mesmos e a lei de direito autoral deveria prever exceções para esse tipo de uso.

“Claro que os professores na hora H, podem até escanear o livro e pôr no PowerPoint e dar aula, mas eu acho que isso é um direito legítimo da educação e, nesse sentido, o Brasil precisa avançar mais na questão de direitos autorais, o uso justo. Se eu quero ganhar dinheiro vendendo uma coisa, nada mais justo do que pagar para os autores, mas se é para eu ensinar em sala de aula eu estou, inclusive, formando, não só cidadãos, mas até mesmo consumidores.”

Um produtor independente do subgrupo Digitais, apesar de licenciar seus conteúdos com todos os direitos reservados, também afirma concordar com certos usos dos materiais:

“Se baixar, baixou, não tem controle. Agora, um professor que quiser copiar para gravar em DVD e apresentar na aula vai copiar.”

Em relação aos formatos, muitos afirmam trabalhar com diferentes formatos e apresentam uma preocupação com a interoperabilidade. Diferentemente do que ocorre em outros grupos, porém, tal preocupação pode refletir a necessidade de se atuar em mercados que utilizem diferentes dispositivos, mais do que a possibili-

dade de colaboração e remix proporcionada pelo uso de padrões abertos. Um dos entrevistados chega a falar em formatos “consagrados”, citando como exemplo o MP3.

Apenas um dos entrevistados do subgrupo Digitais mais alinhado com o campo REA chama a atenção para a importância dos formatos abertos.

“Os formatos abertos são importantes, mas não mandatórios. Acredito sempre no direito de escolha das pessoas que produzem/utilizam REA. Ao mesmo tempo, o papel do formato aberto é fundamental na sociedade brasileira, ao trazer para o debate questões importantes na formação do cidadão, tais como autoria, colaboração, produção e criatividade, entre outros.”

Quando se pensa na relação entre os conteúdos digitais e a escola, novamente se notam diversas visões, por vezes associadas às estratégias de negócios de cada uma das empresas. É importante frisar que para muitas dessas instituições a escola representa seu mercado prioritário, assim como os agentes aí presentes – estudantes e professores, principalmente – constituem seu público alvo.

“[...] a gente entra não só na produção de materiais didáticos mas na própria metodologia e capacitação dos professores. E atualmente a nossa gerência ainda tem um novo desafio, que é providenciar soluções de conectividade. A gente tem uma operação em que a gente já está presente em mais de 150 salas de aula colocando roteadores wi-fi, servidor, fornecendo tablets para alunos e professores. E aí a gente entra para dar um suporte ao usuário e definir qual é o novo formato de [educação].”

É possível se notar que, muitas vezes, produtos e serviços prestados se mesclam com um ideal de escola. A declaração da representante de uma *start-up* do subgrupo Digitais sobre políticas públicas, por exemplo, implica na defesa de uma grande mudança na escola, que a deixaria mais alinhada ao ramo de atuação da empresa em questão.

“Como o professor do currículo tradicional tem que dar aula em três turnos diferentes, tem que corrigir provas, tem uma série de responsabilidades com a escola e pouco recurso, o tempo disponível para conseguir trazer esses recursos [digitais] para sala de aula... é muito difícil encaixar isso na rotina dele. Então, são políticas públicas para fazer com que essas funcionalidades cheguem até a escola via professor, desafogando-o um pouco das responsabilidades que ele tem no dia a dia e trazendo outras, um pouco mais alinhadas com esse setor.”

Essa declaração também evidencia a importância que tem a figura do professor para o grupo, de modo geral. Ele é retratado, por vezes, como produtor de conhecimento e colaborador de um processo.

“Nos projetos em que atuo, normalmente há etapas na formação onde alunos e professores desenvolvem seus próprios conteúdos/materiais. Às vezes professores e alunos trabalham apenas na concepção dos materiais e [em] outras, também na produção dos conteúdos/materiais.”

Também está muito presente a visão do docente como consumidor de um produto e/ou mediador entre o produtor e o consumidor final, no caso o aluno.

“A ponta final é o professor, por isso a gente foca tanto no professor. Às vezes a gente se preocupa até mais com o professor do que com o aluno. Porque a gente conversa direto com o professor.”

E, finalmente, o professor também é visto como um usuário que precisa ser capacitado ou sensibilizado em relação a determinado produto ou tema, questão que aparece geralmente associada à ideia da mediação entre o produto e o estudante.

De modo geral, os professores são tratados em alguns discursos como seres passivos. Isso pode refletir uma situação mais ampla na sociedade de silenciamento dos docentes nas discussões sobre educação e políticas educacionais, mas também a ausência – apontada por parte do grupo Academia – de participação destes na origem das discussões sobre REA.

Por parte do grupo Produtores e produtoras, a estratégia mais comum é a do convencimento e da “sedução” desse público para certas soluções dadas por agentes externos (no caso, o mercado) como vantajosas.

“[...] fazer objetos e materiais e recursos que sejam altamente atraentes e estimulantes, para o professor se sentir motivado a utilizar e aí não só aquele uso... ele tem [que] usar e adequar essas novas tecnologias a uma nova linguagem, um novo tipo de uso que é um grande desafio. Porque não pode ser uma máquina de escrever com tela.”

“Mas é óbvio, o grande desafio hoje é você conseguir fazer com que o professor se capacite [...]. O tempo que ele tem disponível para isso é um tempo pequeno, geralmente ele faz isso nas horas de lazer, mas é um desafio muito grande e uma das linhas que a gente vai começar a tratar [...] é a formação dos novos professores. A gente tentar levar esses conceitos para que o professor já saia formado com isso. A nova geração de professores é muito familiarizada com os meios digitais etc., só que a gente entende que é um papel nosso como empresa fazer com que eles enxerguem o potencial dessa tecnologia dentro da atividade que ele vai desempenhar.”

Outra estratégia apontada por mais de um dos agentes entrevistados para a sensibilização dos docentes e para garantir maior escala a seus empreendimentos é o estabelecimento de parcerias com Secretarias de Educação. Essa parece ser uma maneira de impulsionar a transformação de práticas utilizada por empresas e algumas organizações da sociedade civil.

32

“Temos [nos] voltado para [a] escola mas não abrimos mão de outros educadores. É difícil trabalhar na escola. Professor tem tanta coisa. Estamos vendo com conselho de professores que demora... vão fazer isso quando tiverem tempo e se estiverem a fim. Entrada na escola é pela mobilização via Secretaria de Educação.”

Outro caminho alternativo de se conquistar alunos para então chegar aos professores, é apontado por uma representante do subgrupo Digitais:

“Os próximos passos são caracterizar mais esse conteúdo; então, permitir que o aluno por exemplo dê um curtir nesse conteúdo, [que] ele mesmo sinalize num ambiente colaborativo qual é o conteúdo que ele mais gosta para dar a dica para os amigos ou para o professor falar ‘esse conteúdo eu vou indicar para minha turma porque ele tem uma popularidade alta na plataforma, então possivelmente eu tenha mais respaldo para aplicar.’”

Em termos de políticas públicas, no subgrupo Editoras a visão predominante é de que as que existem dão conta de suas demandas. Chama a atenção uma declaração de um representante de uma grande editora de que se deveria incentivar o uso de licenças flexíveis, porém, em setores que não compitam com a atuação das editoras – pressupondo que seu modelo de negócios não irá se transformar.

“Me parece que o governo disse que vai haver outros editais para além da área editorial. Por exemplo, para fazer joguinhos educacionais digitais você tem universidades, start-ups, a sociedade poderia ser chamada a colaborar um pouco mais e em outro modelo. Talvez um modelo que presupusesse esses recursos serem abertos, acho que há um espaço muito grande para isso. Pensando enquanto editora, eu acho que [em termos de políticas públicas] está contemplado.”

Já entre o subgrupo Digitais, a lacuna parece ser maior e alguns defendem o desenvolvimento de políticas específicas para o setor. Também está presente uma visão de que políticas específicas não são fundamentais

para a realização de projetos, porém seriam necessárias para garantir escala. Talvez, por influência da política de compra governamental de materiais didáticos, o poder público é visto como o comprador ideal para os produtos. Por vezes, esse discurso não aparece de forma explícita, mas oculto num ideal de educação e escola que condiz com a implementação de inovações que beneficiaria certos tipos de negócios.

“Eu acho que hoje a maior barreira que a gente tem não é a de ter bons conteúdos para oferecer, mas é conseguir fazer com que essas soluções tenham local para acontecer. E quando a gente fala de escala a gente está falando do setor público, que representa quase 80% dos alunos.”

“A gente tem bastante recurso para educação no Brasil. Obviamente que sempre é importante você ter mais, mas a questão primordial é a eficiência e não a questão dos recursos. Então, é munir as instituições de ferramentas para que elas possam fazer uso eficiente dos recursos que têm. Medir evolução dos alunos, assiduidade, aproveitamento do conteúdo. Aplicar esses investimentos em ferramentas que possibilitem uma gestão mais efetiva da questão da educação etc. Esse, na minha opinião, é o grande quesito na qualidade da educação no Brasil.”

A compreensão de que o setor público também deveria oferecer a infraestrutura necessária para a utilização dos conteúdos está presente em algumas das entrevistas desse grupo.

Além da proposta de exceção para certos usos dos conteúdos, a Lei de Direitos Autorais é mencionada por um representante de uma grande editora como excessiva.

“[...] o que mais atrapalha essa questão de recursos abertos é esse emaranhado de direitos autorais, que é uma questão legítima, mas que, às vezes, extrapola e fica muito complicado você negociar. Não tanto com os autores, mas, sim, com os representantes dos autores, os seus herdeiros, as famílias e tal.”

Especificamente com relação aos REA, vale ressaltar que um único agente do subgrupo Digitais deu um depoimento sobre o que seriam as barreiras para as políticas públicas em REA. Segundo ele, seria necessário:

“Esclarecer os tomadores de decisão sobre os conceitos que envolvem REA; Vencer a não-vontade política de órgãos das agências financiadores de projetos na área educacional; Promover ações concretas que viabilizem ampliação em larga escala dos REA; Implementar adequadamente os aspectos legais; Esclarecer questões que dizem respeito aos direitos do autor.”

Questões para reflexão

A metodologia utilizada para a sistematização da pesquisa de campo permite, além de se conhecer as posições e percepções de cada grupo de afinidade, uma leitura transversal. A partir dela levantam-se a seguir algumas questões para reflexão.

Os pontos apresentados têm um caráter exploratório e buscam evidenciar tendências e hipóteses sobre o campo REA no Brasil. Trata-se de uma compilação de diferentes visões e perspectivas sobre o tema, que se soma aos diversos esforços e pesquisas realizadas nos últimos anos. Espera-se que possam servir como referência para os atores que já participam do movimento REA e para seus os novos agentes.

Conceito de REA

Muitas das tensões e conflitos que aparecem no campo, principalmente envolvendo os grupos de afinidade Academia e Organizações da Sociedade Civil – que poderiam ser considerados aqueles em que a maioria dos

representantes efetivamente se encontra no centro das discussões sobre o tema –, parecem ter como fundo uma discussão maior a respeito do conceito de REA.

O conceito e a forma como ele tem sido construído e difundido pela comunidade brasileira e internacional são por vezes considerados “formalistas” ou “legalistas”, devido à centralidade de questões como licenciamento e formatos – temas sobre os quais, por sua vez, não há consenso no campo – em detrimento da transformação das práticas educativas. De forma complementar, essa avaliação constata que o movimento que se constrói ao redor dos Recursos Educacionais Abertos não dialoga com as propostas de movimentos tradicionais da área de educação (como os da educação popular e da educação democrática, por exemplo).

As críticas centram-se no foco e no método adotados pelo movimento REA no Brasil para a expansão de práticas abertas, porém se reconhece que essa atuação pode ser estratégica em certos espaços – principalmente o de desenvolvimento de políticas públicas – no contexto brasileiro e internacional.

Entre os entrevistados que se encontram mais distantes dos debates sobre cultura livre e do campo REA, é comum a confusão entre abertura e acesso que lhes permite interpretar que um conteúdo gratuito possa ser considerado um REA. A preocupação com esse tipo de confusão conceitual é um dos motivos apontados por um dos entrevistados do grupo Poder Público para distanciar-se do conceito de REA.

Transformação da escola

A ideia de que a instituição escolar deva ser transformada de alguma maneira não foi rejeitada por nenhum agente. Nos grupos de afinidade Organizações da Sociedade Civil, Academia e Poder Público, há um consenso de que os REA podem colaborar positivamente com essa mudança que, para a maioria, não seria superficial e afetaria as estruturas e a cultura escolar.

Entre os entrevistados que se encontram mais próximos dos debates sobre cultura e *software* livre compreende-se, de modo geral, que a entrada dos REA por si só poderia impulsionar na escola uma transformação que já é vivida fora dela nos últimos anos e que afeta justamente as relações de produção e consumo de conteúdos culturais. Na sociedade contemporânea, segundo esses agentes, essa separação se tornaria mais difusa, assim como a separação entre transmissores e receptores, o que afeta diretamente as relações professor-aluno no espaço escolar.

Essa visão não chega a ser negada por nenhum agente ou grupo, porém pode-se observar uma cisão no que diz respeito ao modo como os REA podem interferir no mundo escolar (ainda observando aqueles que se encontram mais próximos dos debates do campo, marcadamente pertencentes aos grupos Organizações da Sociedade Civil e Academia). Alguns chamam a atenção para a necessidade de se alterar práticas na educação e de se aproximar de movimentos tradicionais como os da educação popular, educação democrática, etc. Segundo esse pensamento, que tem como centro justamente a transformação da educação, o trabalho com os REA seria parte de algo maior. A crítica implícita é de que o movimento REA brasileiro se concentra em questões formais e não na transformação das práticas, e que não tem suficiente diálogo com aqueles que estão no dia a dia da escola, principalmente os educadores.

De fato, chama a atenção que os agentes que apontam os REA como potencializadores de uma mudança na cultura escolar não trazem uma análise mais ampla sobre a educação e nem resgatam os movimentos mais tradicionais mencionados anteriormente.

Entre os entrevistados que não estão tão próximos dos debates sobre cultura, conhecimento e *software* livre (parte do grupo Organizações da Sociedade Civil, Poder Público e Produtores e produtoras), a necessidade de mudança também aparece como consenso, mas a entrada dos REA na escola não necessariamente é vista como algo diferente da entrada das tecnologias digitais de modo geral. Isso significa que não há um

valor implícito no ideal de colaboração que implica o conceito de REA ou na transformação das relações entre professores e alunos. A preocupação maior aqui é a de se atualizar uma instituição que teria falhado em acompanhar as transformações que ocorreram com o desenvolvimento das novas tecnologias.

Os conteúdos, desse ponto de vista, deveriam ser capazes de atrair os alunos, falar sua língua – ou seja, estar em um formato que lhes pareça mais familiar – e permitir interatividade, dando-lhes mais opções ou autonomia. Tornar os materiais didáticos mais atraentes parece ser, por vezes, uma prioridade superior à proposta de abertura dos REA. Formatos abertos e licenciamento livre, nesse caso, ficam em segundo plano e essa dicotomia parece ser a origem de uma das grandes tensões no campo REA.

Autoria e participação

A palavra “colaboração” é repetida diversas vezes pelos entrevistados dos diferentes grupos de afinidade, seja na definição de REA, seja na descrição de ferramentas ou plataformas, principalmente no caso do grupo Produtores e produtoras. De modo geral, a colaboração e/ou a participação do público na produção é associada à qualidade e, por vezes, tomada inclusive como um critério. Apesar disso, não há consenso sobre o que isso significaria na prática.

Por um lado, entre os grupos Organizações da Sociedade Civil e Academia – principalmente entre os entrevistados que estão mais próximos do movimento de cultura e *software* livre – é possível se notar que o diagnóstico é de que as práticas de colaboração ainda são tímidas. No geral, estão associadas à participação de professores e alunos (apenas um entrevistado cita os gestores escolares), porém, por vezes, de forma diferenciada: os educadores como aqueles que poderão atuar na criação dos materiais, enquanto estudantes, teriam opções de interação, mas a partir do acesso e uso²⁷. Para muitos desse grupo, a ausência de uma cultura de colaboração é tida como uma das principais barreiras para o avanço dos REA no Brasil.

Por outro lado, entre produtores o cenário é difuso e certas propostas de interatividade – como a possibilidade de se “curtir” determinado conteúdo – ou a produção coletiva, tradicional em meios de comunicação e na área editorial²⁸, são usadas como exemplos de práticas colaborativas. A ideia também se mescla com a noção de consumidor quando, questionados sobre canais de participação da comunidade escolar na concepção dos materiais, certos produtores citam o SAC (Serviço de Atendimento ao Consumidor) da empresa. De todo modo, pode-se entender que para esse grupo parece importante associar suas produções à ideia de colaboração.

Licenciamento

Como apontado anteriormente, esse parece ser um tema que ainda divide os agentes do campo REA no Brasil. Em termos de ideal, com exceção de alguns produtores que têm dificuldades em sair do modelo de negócios baseado na venda de direitos autorais, a maioria dos entrevistados concorda com o uso de licenças livres. No entanto, quando se fala de práticas, as discordâncias são maiores.

A restrição ao uso comercial ainda é aceita por diversos agentes, inclusive os que integram ou dialogam diretamente com o movimento REA nacional e internacional. Para alguns, a opção por licenças mais flexíveis já consiste em um avanço em relação ao *copyright* (todos os direitos reservados), postura que pode refletir uma preocupação em se ampliar o movimento, uma vez que se compreende que a sociedade ainda não se apropriou amplamente das discussões sobre licenciamento.

²⁷ Uma das entrevistadas do grupo Academia chega a tratar o/a aluno/a como um/a receptor/a passivo/a de conteúdos. “Se estamos criando conteúdo para o professor, claro que tem que ser todo aberto: alguém vai remixar, reutilizar. Se estou criando para usuário final, que vai consumir da maneira como está, talvez o formato não seja importante e posso brincar com *flash*, porque quero que a pedagogia desse material seja importante para o usuário final.”

²⁸ Um dos entrevistados do grupo Produtores/as diz o seguinte sobre a produção de seus conteúdos: “Tem três áreas: roteiro, câmera e edição, [é um] trabalho colaborativo. Não no sentido *wiki*, mas redação de jornal”.

Entre os representantes da academia e da sociedade civil, de modo geral, os mais próximos do movimento *software* livre tendem a se posicionar como contrários a esse tipo de restrição. Já os produtores e representantes do poder público não parecem familiarizados com o debate sobre o tema.

No poder público aparece uma ideia de que a produção pública não deve ser apropriada privadamente, o que, por vezes, justifica a defesa da restrição ao uso comercial (NC). Já entre alguns representantes da sociedade civil e produtores, o uso de licenças desse tipo é associado a certos tipos de financiamento à produção. Não fica claro, porém, se trata-se de uma imposição desses financiadores ou de um modelo de negócios que se considera que poderia ser ameaçado²⁹.

Políticas públicas

Com exceção de alguns produtores privilegiados pelo modelo atual de compra de conteúdos educativos, há um consenso de que ainda há muito por avançar em termos de políticas públicas para os REA.

A Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/1998) e/ou um marco legal inadequado são citados por representantes dos quatro grupos de afinidade como uma barreira para o avanço dos REA no Brasil. Pelo menos três dos produtores entrevistados afirmam permitir e/ou defender o uso de seus conteúdos para causas nobres (uso educativo, por exemplo), apesar de não adotarem licenças flexíveis. Para um deles, a legislação brasileira deveria prever exceções de uso justo (do inglês *fair use*) de conteúdos³⁰⁻³¹.

A existência de interesses econômicos e o *lobby* por parte de grandes grupos aparecem também como razões para o fato de as políticas públicas de fomento aos REA não avançarem no país. Para muitos dos entrevistados as barreiras para o avanço dos REA e das práticas colaborativas, de modo geral, seriam de ordem cultural (falta de reconhecimento, agentes do campo escolar não se valorizam como autores etc) e estrutural (falta de infraestrutura, condições para a produção de recursos etc).

Finalmente, em relação às políticas públicas, pode-se identificar, entre alguns produtores e na sociedade civil, uma certa tendência liberal a partir da qual elas não seriam fundamentais para a efetivação de projetos, mas poderiam garantir escala. Por outro lado, nota-se em diversos grupos uma descrença em seu poder, seja porque as políticas existentes são consideradas insuficientes, dissociadas e tendem a não sair do papel, seja porque a mudança deveria ocorrer nas práticas do dia a dia.

²⁹ A fala de um produtor independente parece indicar que, para ele, o uso de licenças do tipo *Creative Commons* poderia ameaçar sua principal fonte de renda. Além disso, segundo ele, por trabalhar com sua própria imagem, se tivesse algum apoio financeiro para a produção, as abriria para uso não comercial. "Nossa renda vem de audiência, não tem como abrir mão da audiência. [...] Se tivesse uma renda externa para fazer esses vídeos, [...] provavelmente que abriria para formato não comercial."

³⁰ Nas palavras desse representante de uma grande editora, "O Brasil precisa avançar mais na questão de direitos autorais, o uso justo".

³¹ Em 2011, a legislação brasileira de direitos autorais foi considerada a quarta pior entre 24 países analisados pela ONG Consumers International. Disponível em: <<http://www.consumersinternational.org/news-and-media/news/2011/04/brazil,-egypt-and-uk-among-worst-copyright-regimes-in-the-world>>. Acesso em: 10 set. 2014. Uma das principais razões para isso é a ausência de medidas que garantam o acesso à cultura e ao conhecimento e a circulação de bens protegidos.

Mapa dos recursos educacionais digitais disponíveis *on-line*

Este capítulo apresenta uma análise de portais (repositórios e bibliotecas digitais) que disponibilizam recursos educacionais e dos recursos em si. Trata-se de um mapeamento de diferentes coleções de materiais que teve como objetivos complementar a compreensão sobre o campo dos Recursos Educacionais Abertos (REA) no Brasil, orientar as iniciativas públicas de fomento à produção de REA, incentivar o uso dos materiais atualmente disponíveis por parte dos/as agentes escolares e identificar recursos a serem incorporados e/ou reaproveitados pelos projetos Wikimedia.

A amostra foi construída de forma colaborativa e a partir da bibliografia existente sobre o tema no Brasil. Chegou-se a identificar 40 páginas que disponibilizam gratuitamente diferentes tipos de conteúdos educacionais, das quais foram analisadas 22³². O número significativo de portais encontrados na amostra indica um aumento importante das iniciativas desse tipo nos últimos anos.

Se, por um lado, a maioria das iniciativas do governo federal das décadas passadas não foi criada com o objetivo de disponibilizar REA (SANTOS, 2013) e não tinha originalmente uma preocupação com o licenciamento, nos últimos anos pode-se notar o surgimento de portais e políticas públicas que, em sua missão se propõe a oferecer materiais abertos ou livres. Alguns exemplos são a Educopédia, criada em 2010 pela Secretaria Municipal do Rio de Janeiro, o Ambiente Educacional Web da Bahia, lançado pelo governo do estado em 2013, e o Currículo +, lançado em 2014 pela Secretaria Estadual de Educação de São Paulo.

Além disso, a conformação e a atuação de uma comunidade REA no Brasil contribuiu para sensibilizar legisladores e gestores públicos a propor políticas específicas sobre o tema. Alguns exemplos são o Decreto Municipal 52.681/2011, de São Paulo; o Projeto de Lei 989/2011, do estado de São Paulo (aprovado pelo Legislativo e vetado pelo governador em 2013), e o Projeto de Lei 1.513/2011³³, que tramita na Câmara dos Deputados.

Para a construção da amostra e sua análise foram consideradas tanto as iniciativas consagradas pelo movimento REA no Brasil, assim como outras que em sua missão, objetivos ou produção apresentam princípios convergentes com a filosofia dos REA. Por esse motivo, optou-se por denominar os conteúdos de recursos educacionais digitais como um termo genérico que engloba diferentes tipos de produções e licenciamentos.

Parece importante destacar que ainda que os desafios para a construção de um repositório de recursos educacionais livres sejam muitos, o grande número de portais encontrados indica um crescente interesse em se disponibilizar conteúdos educacionais de forma gratuita na rede.

O presente capítulo é dividido em duas partes: uma análise de portais e uma análise quantitativa dos recursos analisados.

Portais de recursos educacionais digitais

A análise dos portais considerou alguns critérios: missão, licenças (em três níveis: da página inicial, termos de uso e da página do recurso), níveis educativos, áreas do conhecimento, tipo de recursos, possibilidade

³² Uma lista completa dos portais identificados pode ser encontrada no canal da pesquisa na Wikiversidade. Disponível em: <https://pt.wikiversity.org/wiki/Lista_de_reposit%C3%B3rios_de_recursos_educacionais_dispon%C3%ADveis_online>.

³³ Acesso em: 10 set. 2014.

Mais detalhes sobre o projeto e a tramitação: Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=505535>>. Acesso em: 10 set. 2014.

de colaboração dos usuários, critérios de busca e se possui ou não algum tipo de suporte específico para o uso em sala de aula. Eles também foram classificados em três tipos: exclusivos, agregados e contribuídos, de acordo com a categorização de Amiel e Santos (2013)³⁴.

A identificação de conteúdos com licenças livres é uma preocupação do movimento Wikimedia brasileiro e internacional, uma vez que materiais desse tipo podem ser incorporados aos seus projetos, o que possibilita sua maior circulação, aprimoramento e adaptação. Nesse sentido, o tipo de licença utilizado foi um critério importante na análise dos conteúdos, uma vez que se trata de um ponto crucial para a definição de um REA e, mais do que isso, é capaz de garantir a circulação de um material em sua plenitude.

É importante ressaltar a grande diversidade e quantidade de materiais disponíveis para o uso educacional nas diferentes disciplinas e níveis educativos em português. A disponibilização de propostas ou guias para o uso em sala de aula em diversos portais, aulas digitais organizadas segundo o currículo e o calendário escolar e planos de aula feitos por professores mostra o grande potencial dessas iniciativas em servir efetivamente como apoio para os educadores.

No entanto, ainda há muito o que se avançar em termos de licenciamento. Por mais que a maioria dos portais declare em sua missão a difusão da cultura e do conhecimento e grande parte explicita o desejo de fazer circular conteúdos educativos, nem sempre as licenças adotadas manifestam essa intenção. Ao contrário, a ausência de informações claras muitas vezes compromete a missão e confunde os usuários sobre os usos permitidos dos materiais.

Ambiente Educacional Web (AEW)

38

O Ambiente Educacional Web (AEW), uma iniciativa do governo estadual da Bahia, foi lançado em 2013 e encontra-se atualmente em versão beta³⁵. Ele reúne conteúdos de diversas fontes e os disponibiliza para a comunidade escolar. Além disso, há uma rede social que permite a interação e o compartilhamento de materiais entre professores, estudantes e funcionários das escolas da rede pública estadual e uma seção com recomendações de *softwares* e ambientes de apoio à produção de conteúdos educacionais digitais.

Nota-se no AEW uma intenção clara no sentido de se oferecer conteúdos livres e, ao se analisar os conteúdos, um esforço em se disponibilizar materiais em formatos abertos – que aproxima a iniciativa da filosofia dos REA, ainda que ela não se denomine como tal. Essa proposta fica evidente no texto de apresentação, que afirma:

No AEW, a comunidade escolar pode encontrar conteúdos digitais registrados em licenças livres, ter acesso a *softwares* livres que auxiliam na produção de mídias, e a *sites* temáticos das disciplinas e dos temas transversais.”

Na parte inferior da página inicial encontra-se, além do logo que leva para a página inicial do *Creative Commons* no Brasil (<<http://creativecommons.org.br>>), a seguinte declaração: “Todos os direitos e conteúdos deste portal são de uso compartilhado”.

A página de termos de uso do portal novamente indica uma preocupação com o tema, ao afirmar:

11.2. Todo o material encontrado no Ambiente Educacional Web do Estado da Bahia é de propriedade pública. Qualquer violação desses direitos é de responsabilidade do USUÁRIO que fez a disponibilização do conteúdo.

³⁴ Os portais foram consultados entre os meses de abril e julho de 2014 e as análises se referem à situação encontrada nesse período.

³⁵ Isso significa que a plataforma segue em fase de desenvolvimento e testes.

A ideia é interessante e indica uma compreensão por parte dos organizadores do repositório do caráter público dos conteúdos. Apesar disso, as diversas referências ao tratamento dos conteúdos disponibilizados no portal (página inicial, páginas dos recursos e termos de uso) não são claras em explicitar para o usuário os usos permitidos, uma vez que expressões como “uso compartilhado” e “propriedade pública” não implicam numa única interpretação. Uma pessoa que desejasse utilizar um conteúdo do portal em um trabalho ou repositório licenciado de outra maneira encontraria dificuldades em saber se isso é possível ou não.

Além disso, parece haver uma falta de compreensão quanto ao conceito de licenças livres e ao uso das licenças *Creative Commons*. Tanto a página inicial quanto a página dos recursos apresenta o nome e a logomarca da organização *Creative Commons* sem especificar uma licença com os usos permitidos³⁶, o que novamente pode deixar o usuário confuso. Ainda que do ponto de vista sociocultural isso possa apontar uma intenção de flexibilização e de mudança de comportamento, em uma visão estritamente jurídica, apenas colocar a logomarca do *Creative Commons* no texto pode terminar por invalidá-la na eventualidade de um processo judicial. Isso porque o símbolo, por si só, não tem valor jurídico e a ausência de especificação da licença impediria juízes de verificarem quais usos o autor está de fato autorizando, dada a variedade de permissões garantidas pelas diferentes licenças do *Creative Commons*.

Do ponto de vista da diversidade de conteúdos e áreas do conhecimento, o portal cobre as principais disciplinas da Educação Básica, algumas do ensino superior e de educação profissional, educação infantil e de jovens e adultos. Os tipos de recursos são variados e destaca-se a preocupação em se oferecer conteúdos em formatos abertos e para *download*, permitindo ao usuário interagir e trabalhar de forma mais autônoma e independentemente de uma conexão com a internet. Como se trata de um portal contribuído, alguns recursos são acompanhados por guias pedagógicos, mas isso não é uma regra. Além disso, pode-se encontrar entre os conteúdos sequências didáticas para o uso dos educadores.

Com relação à interatividade e à participação dos usuários, pode-se enviar sugestões por e-mail ou por meio de um formulário e também compartilhar conteúdos através das redes sociais. Além disso, é possível se cadastrar e interagir através de uma rede social própria do AEW³⁷.

ARCA – Repositório institucional da Fiocruz

O ARCA é o repositório institucional da Fiocruz que tem como missão:

Reunir, preservar e disponibilizar a produção intelectual da Fiocruz de forma mais ampla, em consonância com o movimento de livre acesso à informação científica.

O repositório é parte da Política de Acesso Aberto³⁸ da instituição, que determina que todas as produções intelectuais dos profissionais vinculados à Fiocruz ou elaborada com recursos da instituição devem ser depositadas para o acesso gratuito no ARCA.

Os conteúdos disponibilizados são, portanto, em sua maioria, produções acadêmicas como teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos científicos, capítulos de livro etc. Trata-se de um repositório dedicado principalmente ao ensino superior e que se concentra na área da saúde.

³⁶ O nome *Creative Commons* pode se referir à organização não governamental que criou uma série de licenças alternativas de mesmo nome ou a um conjunto de licenças que pode permitir diferentes usos. Para saber mais: Wikipedia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Licença_C3%A7as_Creative_Commons> e <<http://creativecommons.org.br/>>. Acesso em: 10 set. 2014.

³⁷ Durante a pesquisa foi feita uma tentativa de cadastro que não pôde ser concluída. Não se sabe se isso ocorreu devido ao fato de que o recurso ainda não está disponível na página ou porque se trata de uma ferramenta exclusiva para a comunidade escolar do estado da Bahia.

³⁸ Portaria que estabelece a Política de Acesso Aberto da Fiocruz. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/portaria_-_politica_de_acesso_aberto_ao_conhecimento_na_fiocruz.pdf>. Acesso em: 10 set. 2014.

Do ponto de vista do licenciamento, não fica claro para os usuários os usos permitidos dos materiais disponibilizados. Uma nota de *copyright* que está presente na parte inferior de todas as páginas do portal e, nas páginas dos recursos, reforça: “Todos os registros no repositório estão protegidos por leis de *Copyright*, com todos os direitos reservados”.

No entanto, analisando recursos escolhidos aleatoriamente, nota-se que alguns possuem indicações de licenças livres ou flexíveis, em contradição com a declaração anterior. Em alguns casos, encontra-se na página do recurso o texto “Direito autoral: *open access*”, gerando maior confusão, uma vez que *open access* não representa uma licença específica, mas a disponibilização de produções científicas revisadas por pares de forma gratuita ou livre na internet³⁹.

A explicação sobre os usos permitidos dos artigos classificados como *open access* pode ser encontrada nos termos de uso. Os usos permitidos para os artigos disponíveis em “livre acesso”, segundo o portal, são estudo pessoal, ensino, pesquisa e “prestação de serviços de valor acrescentado”. Já os usos considerados não permitidos são comercialização ou disponibilização em páginas que contenham publicidade, alteração de autoria e título do artigo original, disponibilização em outros *sites* sem a citação da fonte original com o *link*, sublicenciamento ou transferência de direitos autorais, tradução, adaptação ou criação de trabalhos derivados, a não ser para a inclusão em coleção ou banco de dados, alteração do formato técnico, utilização de trechos em atividades de ensino com citação, *link* ou referência ao original.

Apesar de específicos, os termos de uso por vezes contradizem a licença do artigo original, como no caso de uma licença *Creative Commons atribuição* (CC-BY) ou *Creative Commons atribuição, não comercial* (CC-BY-NC), que permitem a criação de obras derivadas e, no caso da primeira, o uso comercial.

Banco Internacional de Objetos Educacionais – BIOE

O BIOE reúne recursos de diversos tipos, como animações, áudio, imagens, mapas, *softwares*, vídeos e textos. Ele cobre as diferentes áreas do conhecimento da Educação Básica, profissional, superior, Educação de Jovens e Adultos e Educação Escolar Indígena. Segundo sua página, a iniciativa tem como missão

manter e compartilhar recursos educacionais digitais de livre acesso, mais elaborados e em diferentes formatos [...] considerados relevantes e adequados à realidade da comunidade educacional local, respeitando-se as diferenças de língua e culturas regionais.

Os usuários podem colaborar com o acervo, enviando sugestões de recursos via correio, e-mail, pessoalmente ou por meio de um formulário de fale conosco no *site*. Os recursos, em geral, estão hospedados em páginas de terceiros.

O BIOE já foi analisado anteriormente por Carolina Rossini (2010) e Amiel e Santos (2013) e segue apresentando as mesmas deficiências em termos de licenciamento apontadas por esses autores. No rodapé de todas as páginas há uma nota de *copyright*. Os termos de uso, por sua vez, indicam que os recursos encontram-se em domínio público ou contam com

a devida licença por parte dos titulares dos direitos autorais para visualização, cópia, distribuição ou tradução – para os que possuem as fontes disponíveis. Essa licença é em caráter parcial, gratuito e não exclusivo.

³⁹ Para saber mais sobre o Acesso Livre ou *Open Access*, ver Wikipedia. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Open_access> (em inglês). Acesso em: 10 set. 2014. Ou Blog do Kuramoto. Disponível em: <<http://kuramoto.blog.br>>. Acesso em: 10 set. 2014.

[...] É vedado ao usuário do Banco Internacional a utilização dos recursos digitais, encontrados nesse endereço, para fins lucrativos. Reiteramos a nossa política de uso estritamente educacional dos recursos cedidos.

Na página dos recursos, a existência de um campo “licença” e “detentor de direito autoral” não é um padrão e, quando há especificações, elas nem sempre são claras ou condizem com os termos de uso.

Compreende-se a intenção de disponibilizar os materiais para usos educacionais, mas, analisando os recursos, nota-se que as licenças são variadas ou ausentes, o que contribui para um cenário confuso em que o usuário não tem clareza dos usos permitidos.

Biblioteca Digital do Centro de Trabalho Indigenista (CTI)

A biblioteca digital do CTI, ainda em versão piloto quando consultada, reúne um acervo importante de fotos, vídeos e livros de temática indígena que podem ser utilizados nas diversas disciplinas e níveis educativos. Há também materiais destinados à Educação Escolar Indígena.

Não há uma página que especifique termos de uso, mas a página inicial indica a licença *Creative Commons, atribuição, não comercial, compartilha igual (CC-BY-NC-SA)*, com o ícone da *Creative Commons* e o link para a página correspondente da licença em inglês.

As páginas dos recursos contêm informações sobre licenciamento, porém estes nem sempre são explicitados nos materiais. Entende-se a intenção de se promover a circulação e o acesso aos conteúdos com a adoção de uma licença flexível, porém, alguns cuidados podem ser tomados para evitar confusões. A indicação da licença nos conteúdos contribuiria nesse sentido, assim como a adoção da versão correspondente da licença CC-BY-NC-SA em português e adaptada para a legislação brasileira.

BN Digital

O portal da BN Digital reúne diversos materiais de referência que podem ser utilizados nas diversas áreas do conhecimento e níveis educativos. É possível se buscar materiais por título, autor, data, acervo, tipo do documento, idioma e palavra-chave. Os materiais não são acompanhados de nenhum tipo de suporte para o uso em sala de aula, ficando a cargo dos professores desenvolver suas próprias estratégias de uso.

Com relação ao licenciamento, no rodapé das páginas encontra-se uma nota de *copyright* acompanhada do seguinte texto:

A BN Digital disponibiliza apenas documentos em domínio público ou com autorização de publicação do titular do direito autoral, exceto músicas gravadas em discos de 78 rotações, que só podem ser acessadas na íntegra no prédio sede da FBN⁴⁰.

Essa é a única informação sobre direitos autorais presente na biblioteca, já que não há uma página com termos de uso e as páginas dos recursos tampouco contêm dados sobre licenciamento.

De fato, analisando alguns dos recursos encontrados aleatoriamente, nota-se que muitos se encontram em domínio público⁴¹. Alguns, no entanto, demandariam uma análise mais aprofundada para se determinar sua condição. Principalmente no caso de documentos iconográficos em que não é possível identificar a data da publicação (que serviria como referência para saber se a obra se encontra ou não em domínio público).

⁴⁰ Até a versão 3.0, os capítulos locais do *Creative Commons*, além de traduzir, faziam as adaptações visando à adequação à legislação nacional. A partir da 4.0, as licenças terão abrangência internacional e só serão traduzidas, sem necessidade de adaptação.

⁴¹ De dez recursos analisados, quatro encontram-se em domínio público, quatro demandariam uma pesquisa aprofundada para se determinar sua condição e dois têm todos os direitos reservados (direito autoral padrão).

Ainda assim, compreende-se que se trata de uma fonte importante de recursos em domínio público e que poderiam ser incorporados não só às salas de aula, mas também aos projetos Wikimedia.

Brasiliiana Digital

A Brasiliiana Digital contém diversos tipos de documentos de referência de diversas áreas do conhecimento que podem ser incorporados nos diferentes níveis educativos. Ela oferece os materiais para *download*, porém sem suporte para o uso em sala de aula.

Quanto ao licenciamento, a biblioteca disponibiliza diversos materiais em domínio público⁴², sendo uma fonte importante de recursos livres para uso educacional e para a incorporação em repositórios e projetos como os da Wikimedia.

A biblioteca digital, incorporada ao *site* institucional da Biblioteca Brasiliiana Guita e José Mindlin, não contém quaisquer informações sobre licenciamento e direitos autorais. As normas e recomendações referem-se ao acervo físico da biblioteca e não ao digital. As páginas dos recursos tampouco contêm dados sobre licenciamento.

No entanto, na última página de cada um dos recursos, encontram-se “Orientações de Uso”, explicitando os usos permitidos e proibindo o uso com fins comerciais.

Os livros, textos e imagens que publicamos na Brasiliiana Digital são todos de domínio público, no entanto, é proibido o uso comercial das nossas imagens.

O excessivo cuidado em se apresentar os termos de forma clara nas orientações de uso representa uma falha grave ao restringir um uso que, por princípio, é permitido. Uma vez que caíam em domínio público, as obras se tornam livres de direitos autorais patrimoniais e a única exigência para seu uso é a atribuição do autor (direito autoral moral)⁴³⁻⁴⁴. A nota, portanto, confunde o usuário quanto a seu direito de fazer qualquer tipo de uso, comercial ou não, da obra em domínio público disponibilizada.

Vale chamar a atenção para as dificuldades de digitalização enfrentadas pela biblioteca e que foram alvo de uma matéria do jornal *O Estado de S. Paulo* em 2013⁴⁵. Segundo seu então coordenador, a maior barreira para a digitalização e disponibilização de obras raras é jurídica, já que a legislação não possui uma exceção nesse sentido⁴⁶.

Biblioteca Virtual de Ciências Humanas – Livros Brasileiros

A Biblioteca Virtual de Ciências Humanas – Livros Brasileiros reúne, segundo sua página principal, livros esgotados, em domínio público ou cuja publicação foi expressamente autorizada pelos detentores de direitos autorais.

Os livros que integram o *site* se encontram esgotados e os direitos autorais retornaram aos autores, ou seus direitos autorais ainda se encontram em mãos das editoras, mas estas autorizaram a colocação no *site*. Também podem ser encontrados no *site* livros que já estejam em domínio público. [...] A inclusão dos livros no portal foi feita com a devida autorização dos autores ou herdeiros dos direitos autorais.

⁴² De dez recursos escolhidos aleatoriamente analisados, oito encontram-se totalmente em domínio público.

⁴³ Os direitos autorais podem ser divididos em patrimoniais, referentes basicamente à exclusividade na exploração comercial de uma obra, e morais, que estão relacionados à atribuição de autoria de uma obra e que, segundo a legislação brasileira, são inalienáveis. Ver Lei 9.610, capítulos II e III. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm>. Acesso em: 10 set. 2014.

⁴⁴ Segundo a Lei 9.610/1998: “Art. 41. Os direitos patrimoniais do autor perduram por setenta anos contados de 1ª de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento, obedecida a ordem sucessória da lei civil.” e “Art. 27. Os direitos morais do autor são inalienáveis e irrenunciáveis.”

⁴⁵ Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/link/reserva-digital-a-brasiliiana/>>. Acesso em: 10 set. 2014.

⁴⁶ Na matéria, Pedro Puntoni afirma: “Em todo lugar no mundo, a lei limita os direitos do autor para o uso por bibliotecas para preservação” e “Só Brasil, Burundi, Haiti, Burkina Faso e o Principado de Mônaco não têm essa limitação. É uma vergonha. Temos que preservar a memória”.

Ela oferece livros clássicos e contemporâneos de áreas como antropologia, ciência política, sociologia, psicologia social, direito e educação para *download*, sem suporte para uso em sala de aula. O professor deverá elaborar suas próprias estratégias de uso.

Em relação aos termos de uso dos conteúdos, um documento destinado aos/às detentores/as de direitos autorais indica que as obras serão disponibilizadas sob uma licença *Creative Commons atribuição, sem derivações* (CC-BY-ND). No entanto, ao especificar seus termos, afirma-se que ela se rege pelo uso não comercial, o que não condiz com a licença em questão mas com a *Creative Commons atribuição, não comercial, sem derivações* (CC-BY-NC-ND). A ausência de um *link* para a licença, seu símbolo ou sigla, colabora para a confusão.

Para os usuários, a licença não é explicitada na página de forma clara. Apesar disso, os recursos trazem um texto que indica os usos permitidos. No caso das obras que não estão em domínio público, vale a observação de Amiel e Santos (2013):

Os recursos investigados incluem adendos que explicitam os detentores originais dos direitos (*Copyright* e nome do autor), e que o 'Centro Edelstein' é detentor dos direitos da edição disponibilizada *on-line*. Apesar de utilizar o símbolo ©, esclarece que 'A publicação ou partes dela podem ser reproduzidas para propósito não comercial, na medida em que a origem da publicação, assim como seus autores, seja reconhecida'. Apesar da clareza, para o usuário pode haver potencial conflito de entendimento entre a simbologia e terminologia que decorre do uso comum do termo *copyright* (AMIEL; SANTOS, 2013, p. 129).

Já os recursos em domínio público não trazem o símbolo © e apresentam a seguinte declaração: "Domínio Público. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer meio de comunicação sem a indicação de autoria".

Chama a atenção que a explicação foca-se na restrição e não nos usos permitidos, evidenciando uma maior preocupação com a preservação dos direitos morais do autor do que com a apropriação das obras pelos usuários.

43

Biblioteca Virtual de Ciências Humanas – Sociedade da Informação

A Biblioteca Virtual de Ciências Humanas – Sociedade da Informação traz mais de dois mil registros de conteúdos em português relacionados ao tema. Apesar do nome e de também ser mantida pelo Centro Edelstein de Ciências Sociais, porém, não tem os mesmos cuidados com os materiais que a Biblioteca Virtual de Ciências Humanas – Livros Brasileiros.

Na página inicial, a única informação encontrada junto ao formulário de busca é: "Este *site* disponibiliza livros e artigos sobre a sociedade da informação em várias línguas. Todos os textos podem ser consultados em forma gratuita".

Em nenhum local da página se encontra uma explicação detalhada sobre a curadoria ou como enviar textos, tampouco sobre os usos permitidos, missão etc. Alguns dos recursos encontram-se em páginas de terceiros e, diferentemente do que ocorre no portal de livros brasileiros, não há uma reedição digital dos materiais.

O *site* oferece recursos fundamentalmente direcionados para o ensino superior ou profissional para *download*, sem suporte para o uso em sala de aula. Em geral, tratam-se de produções acadêmicas como teses e dissertações, artigos científicos etc.

Educopédia

Trata-se de uma plataforma *on-line* destinada à comunidade escolar do município do Rio de Janeiro, em que se encontram sugestões de aulas digitais para os diferentes níveis educativos, organizadas segundo o

currículo de cada disciplina por ano e bimestre – o que pode facilitar a busca por parte dos docentes. Além da Educação Básica, o portal reúne conteúdos para a Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e cursos de formação para professores.

Como o portal exige um cadastro para o acesso, ele foi analisado em sua versão para visitantes⁴⁷.

A maioria dos materiais é acompanhada de uma descrição de habilidades com informações para os professores. Além disso, há a possibilidade de se fazer o *download* dos conteúdos em formato de apresentação, o que favorece o uso em locais que não contem com uma infraestrutura de acesso à internet. Chama a atenção uma preocupação com a acessibilidade dos conteúdos, que não está presente nas demais iniciativas analisadas: é possível aumentar e diminuir textos e contrastes das páginas.

A versão *on-line* das aulas também inclui ferramentas como calculadora e dicionário que podem ser consultados sem sair da página de navegação. Não há muitas opções de interatividade com os conteúdos, visto que se usa um modelo de apresentação, porém muitas aulas propõem atividades e pequenos testes.

Quanto ao licenciamento, durante a análise encontrou-se discrepâncias entre as licenças do portal e dos conteúdos. Na página inicial e dos recursos encontra-se uma licença *Creative Commons, atribuição* (CC-BY) com o símbolo e o *link* para a licença correspondente em português. No entanto ao se acessar os conteúdos, a licença muda para uma *Creative Commons, atribuição, não comercial, compartilha igual* (CC-BY-NC-SA), o que permite intuir que os usos dos conteúdos são mais restritos do que os da plataforma em si. Os termos de uso, por sua vez, reafirmam a licença da página inicial ao especificar os usos permitidos.

Você tem a liberdade de compartilhar (copiar, distribuir e transmitir a obra) e remixar (criar obras derivadas e fazer uso comercial das obras), sob as seguintes condições: Atribuição – Você deve creditar a obra da forma especificada pelo autor ou licenciante (mas não de maneira que sugira que estes concedem qualquer aval a você ou ao seu uso da obra).

Os termos são claros, inclusive, ao esclarecer as limitações da licença em relação a obras de domínio público e outras restrições aos direitos autorais.

Também é importante deixar claro que: Renúncia – Qualquer das condições acima pode ser renunciada se você obtiver permissão do titular dos direitos autorais. Domínio Público – Onde a obra ou qualquer de seus elementos estiver em domínio público sob o direito aplicável, esta condição não é, de maneira alguma, afetada pela licença. Outros Direitos – Os seguintes direitos não são, de maneira alguma, afetados pela licença: Limitações e exceções aos direitos autorais ou quaisquer usos livres aplicáveis; os direitos morais do autor; direitos que outras pessoas podem ter sobre a obra ou sobre a utilização da obra, tais como direitos de imagem ou privacidade.

Dados os termos de uso, portanto, seria importante alterar a licença utilizada no rodapé das páginas dos recursos, que podem confundir o usuário.

Edumatec

O *site* Educação Matemática e Tecnologia Informática (Edumatec) é uma iniciativa do Instituto de Matemática da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que busca:

⁴⁷ Nessa versão pode-se ter acesso aos materiais inclusive para *download*.

a apresentação de material que trate do potencial da tecnologia informática no âmbito da educação matemática escolar. Especial atenção é dada à seleção de *software*, com escolhas que recaem sobre aqueles que se caracterizam como ambientes de expressão e exploração, o que significa a oportunidade de viabilizar práticas pedagógicas que coloquem os alunos no papel de ativos aprendizes.

A preocupação pedagógica e em se popularizar o uso das tecnologias no ensino da matemática também se concretiza na disponibilização de propostas de atividades e guias que buscam orientar o professor no uso dos *softwares* recomendados na página.

Pensando-se naqueles professores ainda com pouca experiência na utilização desta tecnologia, também apresentamos atividades que podem servir como ponto de partida para trabalho em sala de aula. E dado o crescente número de informação que circula na internet, procuramos também selecionar artigos e *links* que contribuam para a formação de professores e alunos.

Quanto ao licenciamento e usos permitidos, o texto de apresentação do *site* explicita que

é permitido copiar, distribuir, exibir, executar o material, desde que sejam dados os créditos de autoria, na forma especificada pelos autores. Não é permitido o uso do material com finalidades comerciais. Em cada novo uso ou distribuição do material deve ser deixado claro os termos desta licença de uso.

No entanto, todas as páginas – inclusive as de atividades, que não possuem uma licença específica – contêm uma nota de *copyright* no rodapé que pode confundir os usuários sobre as possibilidades o uso e reprodução dos conteúdos. A adoção de uma licença livre, nesse caso, solucionaria o problema, potencializaria a circulação das atividades propostas e, conseqüentemente dos *softwares* sugeridos, de acordo com a missão da iniciativa.

45

Escola Digital

O portal Escola Digital reúne diversos tipos de recursos, como animações, aplicativos, jogos, livros, mapas, simuladores, vídeos etc. Os conteúdos cobrem as diversas disciplinas da Educação Básica, Educação de Jovens e Adultos, especial e infantil. A descrição da iniciativa a define como um REA e enfatiza as possibilidades de uso permitidas:

Escola Digital foi concebido como um recurso educacional aberto (REA) e pode ser utilizado, reproduzido ou mesmo adaptado por qualquer pessoa ou organização interessada.

Trata-se de uma plataforma aberta a contribuições em que os usuários podem sugerir materiais para serem incorporados pelo *site*. Para isso, devem preencher um formulário *on-line* com seu nome, e-mail, nome do recurso, *link* e justificativa para a indicação.

O portal está licenciado em *Creative Commons, atribuição (CC-BY)*, o que está devidamente explicitado no rodapé das páginas de forma clara para os usuários: “Exceto onde indicado de outra forma, este *website* foi licenciado com uma Licença *Creative Commons, atribuição 3.0 Brasil*”.

Os termos de uso explicam, por sua vez, que os recursos encontram-se em páginas de terceiros e que a licença CC-BY aplica-se ao *site* e a seus conteúdos de texto, recomendando atenção quanto às licenças das imagens.

Todos os objetos indicados aqui estão hospedados em seus respectivos *websites*, disponíveis para uso *on-line* ou *off-line*. A construção desta plataforma foi feita em *Wordpress*, um *software* livre, as informa-

ções sobre cada ODA estão licenciadas em *Creative Commons* – CC BY e podem ser publicadas em partes ou na íntegra por terceiros, sempre citando a fonte. Para uso das imagens, é importante observar qual a licença de uso, que sempre estará identificada no crédito, individualmente, na lateral direita. As ilustrações seguem o mesmo princípio das informações, exceto se estiver indicado de forma diferente.

Diferente da maioria das iniciativas analisadas, tanto a descrição do *site*, quanto o rodapé e os termos de uso indicam uma preocupação em informar os usuários sobre os usos permitidos para cada tipo de conteúdo e, ao mesmo tempo, conscientizá-los sobre o significado e importância de se atentar para o licenciamento.

Apesar da clareza dos termos de uso, caso eles passem despercebidos, pode haver confusão quanto à licença da plataforma Escola Digital e dos conteúdos em si. A descrição das licenças de cada um dos recursos indicados (que também pode ser utilizada como critério de busca) solucionaria esse problema para os usuários, mas a opção por se descrever os usos permitidos de forma genérica e sem seguir o padrão *Creative Commons* pode dificultar a compreensão e a incorporação dos materiais por parte de outros repositórios.

Não fica claro também se essas descrições refletem uma interpretação sobre os usos permitidos ou se provêm de metadados. Como consequência, nota-se incompatibilidades entre a descrição feita pelo Escola Digital e a licença do recurso de fato. Por exemplo, entre os 22 resultados⁴⁸ para uma pesquisa de conteúdos que permitem uso, compartilhamento e modificação mesmo comercialmente, foram encontrados materiais com pouca ou nenhuma informação sobre licenciamento, o que faria com que se encaixassem no direito autoral padrão ou “todos os direitos reservados”.

FEB – Federação de Repositórios Educa Brasil

46

Esse portal reúne recursos de diferentes repositórios nacionais e internacionais, entre os quais encontram-se o Banco Internacional de Objetos Educacionais (BIOE), a BN Digital, repositórios institucionais de universidades como UFMA, UFMT e UFSC, entre outros. Os tipos de conteúdos encontrados são variados – animações, vídeos, artigos científicos etc. –, assim como as áreas do conhecimento e os níveis educativos.

Quando consultado, o *site* não possuía um sistema de busca eficiente que permitisse navegar pelos conteúdos a partir de critérios como assunto, tipo, nível educativo etc. Ao contrário, a busca se restringe a palavras-chave (texto), nome do autor ou repositório.

Por se tratar de um portal do tipo agregado, os recursos não necessariamente são acompanhados por qualquer tipo de sugestão ou suporte para o uso em sala de aula.

Não há qualquer informação sobre o licenciamento da plataforma na página inicial. A “Política de Uso e Acesso” encontra-se em um arquivo em formato PDF que só pode ser acessado depois de se fazer um cadastro (que inclui os campos nome, usuário, e-mail e senha) e entrar na página. Segundo ele:

Os OAS [objetos de aprendizagem] são apresentados aos usuários através de um único ponto de busca que recupera informações sobre os objetos, entre elas os *links*, os quais propiciam acesso aos objetos, nos seus repositórios de origem. Vale lembrar que é responsabilidade do provedor de conteúdo/repositório a qualidade do material, as restrições de acesso e direitos autorais dos mesmos.

Na página dos recursos há um campo “direitos”, o que indica que houve uma intenção de se explicitar o licenciamento dos materiais. No entanto, no caso de dez recursos escolhidos aleatoriamente não havia qualquer informação nesse campo.

⁴⁸ Pesquisa realizada no dia 12 de maio de 2014.

Khan Academy Português

Trata-se da versão em português da plataforma Khan Academy. No momento da visita, apenas os conteúdos de matemática se encontravam em português, enquanto as áreas de ciências, ciências humanas, computação, finanças e outros continuavam no idioma original (inglês).

Em sua descrição/missão, a Khan Academy afirma:

Somos uma entidade sem fins lucrativos, com o objetivo de mudar a educação para melhor, fornecendo educação de qualidade internacional para todos, em qualquer lugar. Todos os recursos do *site* estão disponíveis para todos. Não importa se você é aluno, professor, aluno a distância, diretor, adulto voltando à sala de aula após 20 anos ou um leigo interessado que procura uma mãozinha em biologia básica. Os materiais e recursos da Khan Academy estão disponíveis para você inteiramente de graça.

O *site* reúne vídeos direcionados a professores ou estudantes e os conteúdos não são acompanhados de qualquer tipo de suporte para o uso em sala de aula. O/a usuário pode se cadastrar e responder a um teste que indicará os conteúdos mais adequados em determinado tópico.

Os materiais são gratuitos e podem ser compartilhados através das redes sociais. A licença dos recursos é a *Creative Commons, atribuição, não comercial, compartilha igual* (CC-BY-NC-SA) e, nos termos de uso, são especificados os usos considerados abusivos e especificamente o que a organização considera uso comercial. No momento do acesso, porém, eles continuavam sem tradução para o português.

A nota de rodapé presente em todas as páginas traz a seguinte informação: “*Copyright* – Exceto quando expresso, todos os direitos são reservados”.

Ao acessar os recursos, abaixo do vídeo, um botão “info” traz o símbolo do *Creative Commons* para a CC-BY-NC-SA e o *link* para a licença em inglês.

Entende-se que a plataforma está ainda em fase de tradução e adaptação para o Brasil, porém, a ausência de informações em um local claro e o fato de todas as explicações sobre os usos permitidos ou não estarem em inglês dificulta a compreensão por parte dos usuários.

Usuários cadastrados podem fazer o *download* dos conteúdos, o que favorece o uso em ambientes onde não há conexão com a internet, e enviar perguntas e comentários sobre os vídeos.

M3 Matemática Multimídia

O portal Matemática Multimídia traz conteúdos produzidos com recursos públicos especificamente para o Ensino Médio na área de matemática. Em termos pedagógicos, a iniciativa tem uma proposta clara que é explicitada em sua descrição.

Os recursos educacionais dessa coleção abordam praticamente todo o conteúdo de matemática do ensino médio do Brasil de forma variada e cabe ao professor, em acordo com sua coordenação pedagógica e direção escolar, escolher os itens que melhor se enquadrem no seu programa, respeitando as características do professor e a realidade dos seus alunos.

Os recursos favorecem a interação social, ao propor a formação de grupos para realização das atividades, mas sempre com a mediação do professor na sala de aula.

Os materiais incluem vídeos, áudios, *softwares* e experimentos em diferentes formatos que podem ser baixados, o que favorece a utilização em ambientes que não contam com acesso à internet. Além disso, todos os conteúdos são acompanhados de um guia para o professor com sugestões de uso em sala de aula.

Os termos de uso são explicitados na página inicial da seguinte forma:

São mais de 350 recursos educacionais no formato de vídeos, áudios, *softwares* e experimentos, que estão licenciados sob uma licença *Creative Commons* – é permitido copiar, distribuir, exibir, executar a obra e criar obras derivadas, mas não é permitido o uso comercial ou o relicenciamento sobre uma licença mais restritiva.

A descrição permite intuir que se trata de uma licença *Creative Commons, atribuição, não comercial, compartilhada igual* (CC-BY-NC-SA). No rodapé de todas as páginas há um ícone que parece indicar essa licença, mas que não segue o padrão *Creative Commons* e não direciona o usuário para a página correspondente. Como observam Amiel e Santos (2013), isso implica que “o usuário que queira buscar maiores informações sobre o significado dos termos de uso terá dificuldade de encontrar o significado da simbologia”.

Nota-se, neste caso, que há uma clara intenção em se permitir certos usos dos conteúdos disponibilizados que pode ser comprometida pela falta de clareza e por não se seguir os padrões da licença que se pretendia adotar.

Mobile L Tecnologia Educacional

48

O portal reúne conteúdos nas áreas de informática, inglês, língua portuguesa, matemática e ciências, que podem ser utilizados em diferentes níveis educativos. Entre os tipos de recursos disponibilizados, há aplicativos, planos de aula, exercícios *on-line*, podcasts, imagens etc.

Qualquer visitante pode acessar os conteúdos, porém, para fazer o *download*, é necessário se compartilhar o *link* da página no Facebook ou Twitter, uma contrapartida que buscaria divulgar a iniciativa. A opção, no entanto, torna-se restritiva na medida em que exige do usuário possuir uma conta em uma dessas redes sociais para efetivamente ter acesso aos materiais. A solução também se torna uma barreira, por exemplo, caso haja algum erro no compartilhamento, o que ocorreu com alguns recursos analisados durante a pesquisa.

Quanto ao licenciamento, não há qualquer informação na página – rodapé, termos de uso ou páginas dos recursos. Isso faz com que o usuário não tenha clareza sobre os usos permitidos e, de acordo com a legislação brasileira, torna os conteúdos protegidos por padrão (“todos os direitos reservados”). Numa análise de dez recursos escolhidos aleatoriamente, todos encontravam-se nessa condição.

NOAS

O NOAS é uma biblioteca virtual que apresenta a seguinte proposta:

desenvolver objetos que contribuam para uma aprendizagem significativa. Essas atividades são baseadas em simulações computacionais (*applets Java*, animações em *flash*, realidade virtual) que permitem ao aprendiz a interação necessária à compreensão dos fenômenos estudados.

Nele podem ser encontrados conteúdos das diversas áreas do conhecimento e destinados à Educação Básica e superior. Os materiais são licenciados com uma *Creative Commons, atribuição, não comercial, sem*

derivações (CC-BY-NC-ND). A licença está visível no rodapé de todas as páginas do portal e, como se trata de materiais exclusivos, entende-se que ela se aplica a todos os conteúdos.

O símbolo utilizado segue o padrão *Creative Commons*, porém o *link* leva para a página da licença em inglês, o que dificulta a compreensão dos usos permitidos. A ausência de uma página com os termos de uso do *site* colabora para a falta de informação.

Tanto a licença que restringe a criação de conteúdos derivados, quanto os formatos utilizados e a impossibilidade do *download*, dificultam a apropriação dos materiais por parte dos professores e alunos e os coloca no papel de receptores ou consumidores de conteúdos.

A opção por certos formatos também pode comprometer o acesso aos materiais. Durante a análise, recursos das áreas de ciências não puderam ser acessados sob a seguinte justificativa: “Este aplicativo utiliza tecnologia *Java*. Se você encontrar dificuldades em visualizá-lo, talvez este tutorial possa ajudá-lo”.

Plataforma Democrática – Biblioteca Virtual

A biblioteca oferece materiais direcionados principalmente para o Ensino Médio e superior para *download*, sem material de apoio para seu uso em sala de aula. As disciplinas cobertas pelo portal são antropologia, ciência política, sociologia e história.

A página permite buscar conteúdos por palavra do título, autor e idioma. No momento do acesso, uma busca com o único critério “língua portuguesa” retornou 4.186 registros de textos. Em nenhum local da página se encontra uma explicação sobre a curadoria ou como enviar textos, tampouco sobre a missão ou termos de uso. A página inicial afirma que se trata de uma biblioteca de livre acesso, porém não há em nenhum lugar da página qualquer informação sobre licenciamento.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina, uma videoteca e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

Entre os recursos analisados há diversos tipos de licenças. Para descobri-las, porém, é necessário buscar no próprio recurso ou na página em que foi publicado originalmente.

Portal Dia a Dia da Educação

O portal, direcionado para a comunidade escolar do estado do Paraná, é estruturado de acordo com diferentes públicos e também segundo disciplinas e tipo de materiais. Além de conteúdos próprios das diversas áreas do conhecimento da Educação Básica e profissional, o *site* traz *links* para páginas de terceiros, onde podem ser encontrados recursos educacionais.

Existem diferentes níveis de navegação, porém não há na página principal um sistema de busca, o que resulta em lentidão caso o usuário esteja buscando um recurso específico. Tampouco há um espaço visível com os termos de uso da página que explicita os usos permitidos dos materiais.

Quanto ao licenciamento, há apenas uma nota de *copyright* no rodapé de todas as páginas e nenhuma informação específica sobre cada material. Analisando recursos escolhidos aleatoriamente, porém, encontram-se diferentes tipos de licenciamento e, inclusive, conteúdos em domínio público.

Portal do Professor

O Portal do Professor é uma iniciativa que tem como objetivo “apoiar os processos de formação dos professores brasileiros e enriquecer a sua prática pedagógica”. Ele reúne conteúdos de diversas áreas do conhecimento e em diferentes formatos: animação, simulação, áudio, imagem, vídeo etc. Há conteúdos para a Educação Básica, profissional, Educação de Jovens e Adultos e Educação Escolar Indígena.

Parte dos conteúdos disponibilizados são sugestões de aulas feitas por professores/as de todo o país para as diversas disciplinas.

O portal não contém informações sobre licenciamento na página principal, porém os termos de uso determinam que é permitida a cópia, distribuição e adaptação dos conteúdos, sendo proibida a utilização com fins de lucro. A licença equivalente na terminologia *Creative Commons* poderia ser uma *Creative Commons, atribuição, não comercial* (CC-BY-NC).

Como os recursos multimídia poderão ser usados pelos professores? Os recursos multimídia publicados no Portal estão disponíveis para serem baixados para sua máquina, CD-ROM ou *pendrive*. Também podem ser copiados e distribuídos, sendo, entretanto, vedada a utilização para fins lucrativos. Esses recursos podem ser usados pelo professor para subsidiar sua prática de acordo com as suas necessidades, realidade de sala de aula e, principalmente, contextualizados com o projeto político-pedagógico. O objetivo, portanto, é fornecer materiais didáticos para suporte e incremento das ações educacionais, respeitando, sempre, as diferenças regionais e especificidades das escolas. Os materiais estão disponíveis também para classificação e comentários no Portal.

50

As páginas de alguns dos dez recursos selecionados aleatoriamente contêm indicações de licença variadas, porém, na maioria dos casos, as explicações são pouco claras ou insuficientes para se compreender quais os usos permitidos ou não. Como apontam Amiel e Santos (2013) em sua análise do mesmo portal, “as páginas dos recursos que contêm os metadados associados apresentam grandes divergências entre si e ambiguidade nos termos”.

As páginas que utilizavam um licenciamento flexível, por exemplo, explicavam os usos permitidos, mas não apontavam para uma página da *Creative Commons* ou adotavam sua nomenclatura ou simbologia.

O objeto educacional é promovido sob licença *Creative Commons 2.1* que permite copiar, distribuir, publicar e produzir trabalhos derivados desde que sejam compartilhados sob a mesma licença e que o autor original seja mencionado. O uso para fins comerciais é proibido.

No caso das sugestões de aulas analisadas, não havia informações sobre licenciamento e, consequentemente, todas tinham “todos os direitos reservados”, em clara contradição com os termos de uso.

Portal Domínio Público

O Portal Domínio Público, lançado em 2004, já foi alvo de análises anteriores (ROSSINI, 2010) e, desde então, não apresenta mudanças substanciais. Ele reúne materiais das diversas áreas do conhecimento em texto, áudio, imagens e vídeos. A intenção de se disponibilizar conteúdos livres fica clara na descrição da página, que reforça a importância da iniciativa para a promoção do acesso ao conhecimento e a cultura e, inclusive, de debates sobre a legislação relacionada aos direitos autorais.

[...] o Portal Domínio Público, ao disponibilizar informações e conhecimentos de forma livre e gratuita, busca incentivar o aprendizado, a inovação e a cooperação entre os geradores de conteúdo

e seus usuários, ao mesmo tempo em que também pretende induzir uma ampla discussão sobre as legislações relacionadas aos direitos autorais – de modo que a “preservação de certos direitos incentive outros usos” –, e haja uma adequação aos novos paradigmas de mudança tecnológica, da produção e do uso de conhecimentos.

Apesar de seu nome, missão e termos de uso indicarem que as obras disponibilizadas estejam em domínio público, uma breve análise de recursos escolhidos aleatoriamente mostra que nem todos encontram-se nesse situação. Alguns, por não conterem uma especificação de licença livre ou flexível, caem no direito autoral padrão, já que a legislação brasileira permite interpretar que, como regra, todos os direitos são reservados (*copyright*). Como resultado, isso pode gerar confusão entre os usuários e eventualmente a violação de direitos autorais (ROSSINI, 2010).

Outro problema ao se acessar recursos que potencialmente possam estar de fato em domínio público é a ausência de informações precisas sobre os documentos. No caso de algumas imagens, por exemplo, a falta de referência sobre sua origem dificulta a determinação de seu estado em termos de direitos autorais. Isso pode comprometer a incorporação de certos materiais em novas obras e em outras bibliotecas ou repositórios.

Rede Interativa– Virtual de Educação (RIVED)

Iniciativa antiga que busca disponibilizar objetos de aprendizagem e conteúdos que, segundo sua descrição, “primam por estimular o raciocínio e o pensamento crítico dos estudantes, associando o potencial da informática às novas abordagens pedagógicas”.

A descrição dos termos de uso afirma, por sua vez, que:

Os conteúdos produzidos pelo RIVED são públicos e estarão sendo, gradativamente, licenciados pelo *Creative Commons*. Esses conteúdos podem ser acessados por meio do sistema de busca – repositório *on-line*, que permite visualizar, copiar e comentar os conteúdos publicados. Com a licença *Creative Commons*, garante-se os direitos autorais dos conteúdos publicados e possibilita a outros copiar e distribuir o material, contanto que atribuam o crédito aos autores.

A mesma declaração foi encontrada por Carolina Rossini (2010) em sua análise, porém, até o momento, não há informações claras no portal sobre que licença será adotada e quais os usos permitidos para os conteúdos.

A análise das páginas dos conteúdos e dos recursos do RIVED foi comprometida pois, durante o período de pesquisa, a busca apresentava um erro que impediu o acesso aos materiais.

Secretaria Municipal de Educação de São Paulo

Com o Decreto 52.681/2011, todos os conteúdos produzidos pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME-SP) passaram a ser disponibilizados em sua página sob uma licença *Creative Commons*, *atribuição, não comercial, compartilha igual* (CC-BY-NC-SA)⁴⁹. Isso inclui livros, materiais didáticos, orientações curriculares e manuais de orientação para o programa de alimentação escolar. O decreto também flexibilizou

⁴⁹ Apesar de não especificar, em seu texto, uma licença, o decreto apresenta em seu primeiro artigo os termos de uso que são equivalentes à licença CC-BY-NC-SA: “Art. 1º. As obras intelectuais produzidas pela Secretaria Municipal de Educação para utilização pelas unidades da rede pública municipal de ensino, com objetivos educacionais, pedagógicos e afins, tais como livros e materiais didáticos, orientações curriculares e manuais de orientação para o programa de alimentação escolar, deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico daquela Secretaria no Portal da Prefeitura do Município de São Paulo na internet e licenciadas para livre utilização, compreendendo a cópia, a distribuição e a transmissão, observadas as seguintes condições: I – preservação do direito de atribuição ao autor; II – utilização para fins não comerciais. Parágrafo único. A licença obrigatória de que trata o *caput* deste artigo compreende o direito de criação de obras derivadas, desde que sejam licenciadas sob a mesma licença da obra original.”

os direitos autorais de livros e guias voltados para os professores, cadernos com orientações didáticas e programas de orientações curriculares.

O símbolo padrão da licença adotada, que direciona o usuário para seu detalhamento em português, pode ser encontrado na página inicial do *site* da SME-SP. No entanto, a ausência de informações de licenciamento nos arquivos dos materiais priva as pessoas que chegam diretamente a eles através de outros *sites* ou por resultados de busca de terem conhecimento sobre os direitos de uso que possuem. Além disso, na página em que se encontram listados os materiais, o símbolo e *link* para a licença tampouco estão presentes.

Além da inserção do símbolo em todas as páginas do portal, nas publicações anteriores ao decreto, essa situação poderia ser solucionada com a reeditoração dos arquivos para a inserção das informações sobre a licença adotada e usos permitidos.

Análise dos recursos

Para a análise dos recursos foram considerados ao menos dez materiais escolhidos aleatoriamente em cada um dos portais, com exceção do RIVED, devido à impossibilidade de acessá-los no momento em que se realizou a pesquisa. No total, foram analisados 231 recursos e compiladas as seguintes informações: título, origem, *link*, tipo, formato, data da publicação, autoria, dados complementares, informações sobre licenciamento e direitos autorais.

A análise quantitativa a seguir concentra-se nos itens licença e formato, dada a sua importância para o conceito de REA, para o movimento Wikimedia e para que, de fato, os recursos possam ser apropriados pelos usuários.

52

Licenciamento

Em termos de licenciamento, os recursos foram classificados da seguinte maneira:

1. Direito autoral padrão (todos os direitos reservados): inclui os recursos em que havia uma nota de *copyright*, em que as informações sobre licenciamento estavam ausentes ou em que não havia informações sobre uma licença específica ou a devida explicitação dos usos permitidos.
2. Direito autoral padrão com intenção de flexibilizar: inclui recursos em que houve uma intenção de flexibilização dos direitos autorais que não se concretiza devido à expressão inadequada da licença adotada, fazendo com que juridicamente os recursos estejam sob direito autoral padrão⁵⁰.
3. Flexível: inclui recursos licenciados de forma flexível (CC-BY-NC, CC-BY-NC-SA, CC-BY-NC-ND).
4. Livre: inclui recursos licenciados de forma livre (CC-BY, CC-BY-SA, CC-O, GPL, GFDL, etc).
5. Domínio público: inclui obras que já fazem parte do domínio público.
6. Impossível determinar: inclui recursos que não puderam ser acessados ou sobre os quais faltam informações para se determinar sua condição em termos de direitos autorais⁵¹.

Para a classificação, foram consideradas as informações das páginas dos recursos, dos recursos em si ou das páginas de origem, no caso de portais que agregam conteúdos de terceiros.

⁵⁰ Os motivos pelos quais as licenças tornam-se inválidas são diversos: desde a ausência de um *link* que direcione o usuário para o texto da licença adotada, sua versão e país correspondente, até a confusão entre diferentes símbolos e licenças.

⁵¹ Os casos mais comuns são de imagens em que não há informações sobre a data de publicação. Segundo a Lei 9.610/1998, se de origem brasileira, as fotografias caem em domínio público 70 anos após a primeira publicação: "Art. 44. O prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação."

Tabela 4 – Situação dos direitos autorais dos recursos educacionais digitais disponíveis nos portais analisados

Direitos autorais	Quantidade	%
Direito autoral padrão (todos os direitos reservados)	101	43,7
Direito autoral padrão com intenção de flexibilizar	31	13,4
Flexível	51	22
Livre	10	4,3
Domínio público	25	10,8
Impossível determinar	13	5,6
Total	231	100

Fonte: Elaborada pela autora.

Chama a atenção o grande número de obras em direito autoral padrão disponibilizadas para o acesso na rede. No entanto, a existência de um grande número de materiais que se encontram sob o direito autoral padrão (todos os direitos reservados), mas em que pode ser identificada a intenção de flexibilização, evidencia falta de conhecimento sobre como se licenciar uma obra de forma alternativa.

Iniciativas públicas e privadas sofrem com essa questão, que é identificada por representantes dos grupos Organizações da Sociedade Civil e Academia da pesquisa de campo como uma das barreiras para o avanço dos REA no Brasil. Por outro lado, o número mostra que há uma consciência sobre a necessidade de se flexibilizar os direitos autorais e um conhecimento genérico sobre a existência de alternativas (como as licenças *Creative Commons*) que, por vezes, esbarra em uma legislação excessivamente restritiva.

Caso a intenção de flexibilização tivesse de fato se materializado, o número de recursos flexíveis, livres e em domínio público superaria o de conteúdos protegidos, chegando a quase 50% da amostra analisada.

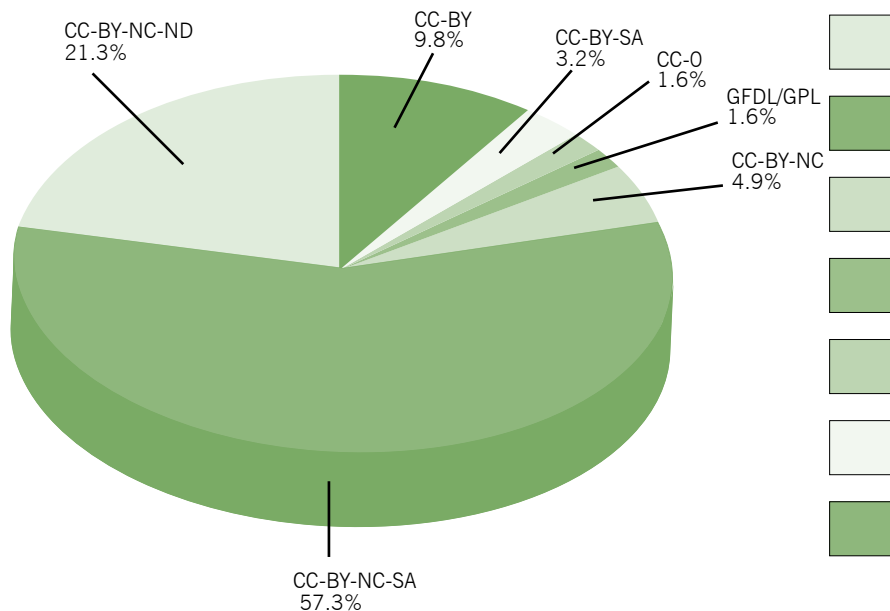
Considerando apenas os recursos devidamente licenciados de forma flexível ou livre, nota-se que as licenças livres ainda são minoritárias e a opção pela cláusula NC, que restringe o uso comercial das obras, é comum para diferentes tipos e fontes de conteúdos. De 61 recursos com uma opção de licenciamento alternativo analisados, 51 – ou seja, 83,6% – adotam a cláusula NC.

Tabela 5 – Opção por licenças flexíveis ou livres nos recursos educacionais digitais disponíveis nos portais analisados

Licença	Quantidade	%
CC-BY	6	9,8
CC-BY-SA	2	3,2
CC-O	1	1,6
GFDL/GPL	1	1,6
CC-BY-NC	3	4,9
CC-BY-NC-SA	35	57,3
CC-BY-NC-ND	13	21,3
Total	61	100

Fonte: Elaborada pela autora.

Gráfico 1 – Opção de licença flexível ou livre



Fonte: Elaborada pela autora.

54

Chama a atenção também o uso da cláusula ND, que restringe a criação de obras derivadas, afastando-se, portanto, da filosofia dos REA. Da amostra de 61 recursos com licenças alternativas analisada, 13 – ou 21,3% – restringem esse tipo de uso.

Formatos

Os formatos são importantes para que o acesso aos recursos seja de fato livre. Junto com as licenças, são eles que permitem a apropriação por parte dos usuários e a adaptação e criação de obras derivadas.

Entre os recursos analisados, os formatos encontrados foram diversos, assim como os tipos de materiais: apresentações, áudios, imagens, vídeos, jogos, *software*, páginas web interativas ou não e textos, ainda predominantes. No caso dos textos, há um privilégio do formato PDF, que não favorece a edição e a criação de obras derivadas.

No caso dos *softwares*, destacam-se os que podem ser utilizados em diferentes plataformas, porém, ainda há recursos restritos a um sistema operacional específico – o que impede o uso por parte dos usuários de outros sistemas.

Nove dos recursos analisados – classificados como “Diversos” – estão disponíveis em mais de um formato, o que consiste em uma boa prática em termos de acesso e das possibilidades de interação com os recursos.

Destaca-se o caso de um vídeo disponibilizado em formato aberto (OGG – formato também encontrado nas extensões Ogv, Oga, Ogx)⁵², uma exceção quando se nota que no panorama geral ainda predominam formatos proprietários independentemente do tipo do recurso.

Tabela 6 – Formato dos recursos educacionais digitais disponíveis nos portais analisados

⁵² Trata-se do documentário “Olhar Contestado”: plataforma Escola Digital. Disponível em: <<http://archive.org/details/OlharContestado>>. Acesso em: 10 set. 2014. Sobre o filme: “Além do importante caráter histórico/documental, o filme se destaca pelo fato de ser aberto (filme e fontes disponibilizados livremente) e ter sido produzido com ferramentas livres”.

Tipo predominante	Formato	Quantidade
Apresentação	PPSX	2
	PPT	2
Áudio	MID	1
	MP3	6
Imagem	JPG	12
Jogo, animação, vídeo	SWF	29
Página web	Html	8
	Html combinado com outros formatos (proprietários ou não)	30
Software	Executável (Windows)	3
	Executável (Mais de um sistema operacional)	4
Texto	PDF	89
	DOC	3
Vídeo	AVI	5
	MP4	13
	MPG	8
	WMF	3
	Diversos	9
	Indeterminados	4

Fonte: Elaborada pela autora.

Questões para reflexão

Apesar da grande quantidade de portais que disponibilizam conteúdos educativos digitais de forma gratuita e da missão expressa de muitos deles de colaborar com a difusão da cultura e do conhecimento, nem sempre isso se concretiza nos recursos. A análise a partir do licenciamento e formatos mostra que ainda há muitos desafios para o avanço dos Recursos Educacionais Abertos (REA) no Brasil.

Por um lado, a dificuldade de se expressar a intenção de flexibilização de direitos autorais em licenças unida a uma legislação conservadora cria um cenário de insegurança jurídica em que predominam recursos com todos os direitos reservados. Além disso, a falta de clareza em se expressar os usos permitidos ou não dos recursos torna difícil para o usuário identificar suas liberdades e direitos com relação aos materiais.

Por outro lado, o uso de formatos proprietários – com destaque importante para o PDF, que dificulta a edição e criação de obras derivadas – pode refletir uma tendência por parte dos/as produtores/as de se privilegiar uma recepção passiva dos conteúdos. O uso de licenças flexíveis, mas restritivas – como as que impedem a criação de obras derivadas (ND) –, corrobora essa situação.

A opção por licenças que proíbem o uso comercial dos materiais (cláusula NC), por sua vez, parece indicar uma falta de compreensão por parte dos produtores e responsáveis pelas iniciativas sobre a questão do impacto que elas podem ter no sentido de restringir usos legítimos de pequenos produtores. Outro agravante é a dificuldade de se criar coleções de recursos, uma vez que a diversidade de licenças pode torná-las incompatíveis entre si.

De modo geral, a análise dos recursos parece corroborar a impressão manifestada por parte do grupo Organizações da Sociedade Civil e Academia de que não há conhecimento suficiente sobre questões relativas ao licenciamento e suas consequências. Torna-se preocupante a situação quando se observa que grande parte das iniciativas públicas tampouco têm um tratamento adequado de seus conteúdos, apesar dos estudos, análises e recomendações já realizados em anos anteriores.

Considerações finais



As novas tecnologias trazem uma série de possibilidades para o ambiente escolar. Apesar dos desafios para sua apropriação permanecerem muitos, elas estão cada vez mais presentes nas salas de aula e na vida de professores e alunos.

Segundo dados da pesquisa TIC Educação de 2013⁵³, 96% de 1.987 professores e professoras da educação básica de todo o país utilizam recursos obtidos na internet para a preparação de suas aulas ou para a realização de atividades com alunos. Destes, 88% declaram fazer alterações nos materiais originais, contra 11% que não o fazem e somente 1% que acredita que não é possível se editar ou usar os conteúdos de um modo diferente. Com relação à criação, a maioria (82%) já produz conteúdos para suas aulas ou atividades com alunos com o auxílio das novas tecnologias. Apenas 21% do total dos entrevistados, no entanto, publicaram seus materiais.

Esse cenário evidencia a importância crescente que os conteúdos digitais têm ganhado na vida escolar. Chama a atenção, em especial, o fato de que educadores e educadoras estejam adaptando, remixando e criando materiais próprios.

No entanto, por mais que na prática os usuários estejam se apropriando dos recursos educacionais digitais, como se pôde notar na pesquisa de campo e na análise dos recursos, eles ainda se encontram desprotegidos diante de uma legislação de direitos autorais conservadora. Nesse sentido, a importância de se trabalhar com a ideia de abertura na produção e disponibilização de materiais educacionais torna-se ainda maior.

Nos últimos anos o movimento em favor dos REA cresceu muito no Brasil. Chama a atenção a quantidade de novas iniciativas e ferramentas que buscam disponibilizar conteúdos originais e/ou facilitar o acesso a recursos de terceiros através de repositórios especializados. Além disso, muitas instituições públicas e privadas têm adotado licenças alternativas em seus conteúdos. Pode-se entender que essa tendência reflete um aumento na consciência dos produtores e produtoras e do poder público sobre a necessidade de se flexibilizar os direitos autorais, ao menos no que diz respeito aos usos educativos – como explicitaram alguns dos entrevistados da pesquisa de campo.

Um olhar mais atento para o cenário brasileiro, porém, evidencia que a diversidade de licenciamentos encontrados e a falta de clareza em se explicitar os usos permitidos ainda compromete a circulação do conhecimento e dificulta a apropriação dos recursos por parte dos usuários.

Determinadas restrições também podem fazer com que a base da filosofia dos REA torne-se, em muitos casos, inviável. É o caso da cláusula NC nas licenças *Creative Commons*, que restringe o uso comercial das obras. Uma vez que a ideia do que consiste um uso “não comercial” é abstrata, ela pode, muitas vezes, inviabilizar pequenos projetos. Isso porque, como ficou evidente na pesquisa de campo, enquanto os grandes produtores têm departamentos específicos ou empresas terceirizadas especializadas em tratar questões relativas aos direitos autorais, os menores não contam com esse tipo de infraestrutura e, conseqüentemente, não têm condições de negociar com os detentores de direitos caso os usos permitidos não estejam claros. Assim, devido à insegurança jurídica que causa, esse tipo de licença termina por restringir inclusive usos que poderiam estar previstos pelo criador (ROSSINI, 2010).

⁵³ Ver Cetic. Disponível em: <<http://cetic.br/pesquisa/educacao/indicadores>>. Acesso em: 10 set. 2014.

Por outro lado, tanto as licenças não comerciais, quanto a própria diversidade de licenças adotadas nos diferentes repositórios e conteúdos, trazem um risco importante à possibilidade de adaptação, criação de obras derivadas, remix – usos que a maioria dos professores faz e deseja fazer – e à interoperabilidade entre plataformas. Desse modo, é importante retomar o conceito de licença livre e das liberdades básicas que garantirão que os materiais educacionais sejam de fato abertos e públicos.

Finalmente, em um contexto em que os educadores e educadoras já estão envolvidos com o uso e a produção de recursos educacionais digitais, a aproximação da filosofia da abertura e da colaboração do ambiente escolar por meio dos REA pode ser uma maneira de se resgatar e valorizar sua dimensão de criação e do seu papel como intelectual e ativista (PRETTO, 2013). Nesse sentido, as políticas públicas podem colaborar, não só estabelecendo critérios claros para a produção e a distribuição de recursos educacionais digitais, como incentivando aqueles que já produzem a compartilhar de forma aberta suas criações.

Referências

AMIEL, T.; SANTOS, K. “Uma análise dos termos de uso de repositórios de recursos educacionais digitais no Brasil. *Revista Trilha Digital*, São Paulo, v. 1, p. 118-133, 2013. Disponível em: <<http://ead.mackenzie.br/>>. Acesso em: 10 set. 2014.

ARAÚJO, B. “O direito autoral, a economia colaborativa e o *Creative Commons*”. In: Patrícia Luciane de Carvalho. (org.). *Propriedade Intelectual: Estudos em Homenagem à Professora Maristela Basso*. 1. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2008, v. 2, p. 225-291

BENKLER, Y. *The Wealth of Networks: How Social Production Transforms Markets and Freedom*. New Haven, CT [etc.]: Yale University Press, 2006.

GONZALEZ, C.; ROSSINI, C. “REA: o debate em política pública e as oportunidades para o mercado”. In: SANTANA, B.; ROSSINI, C.; PRETTO, N. (orgs.). *Recursos Educacionais Abertos: práticas colaborativas e políticas públicas*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa de Cultura Digital, 2012. Disponível em: <<http://www.livrorea.net.br>>. Acesso em: 10 set. 2014.

HILL, B. M. *Towards a Standard of Freedom: Creative Commons and the Free Software Movement*, 2005. Disponível em: <http://mako.cc/writing/toward_a_standard_of_freedom.html>. Acesso em: 10 set. 2014.

JENKINS, H. *Cultura da Convergência*. São Paulo: Editora, 2008.

LESSIG, L. *Cultura Livre: como a grande mídia usa a tecnologia e a lei para barrar a criação cultural e controlar a criatividade*. São Paulo: Trama, 2005. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/educacao/docs/10d.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2014.

PRETTO, N. “Professores-autores em rede”. In: SANTANA, B., ROSSINI, C.; PRETTO, N. (orgs.). *Recursos Educacionais Abertos: práticas colaborativas e políticas públicas*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa de Cultura Digital, 2012. Disponível em: <<http://www.livrorea.net.br>>. Acesso em: 10 set. 2014.

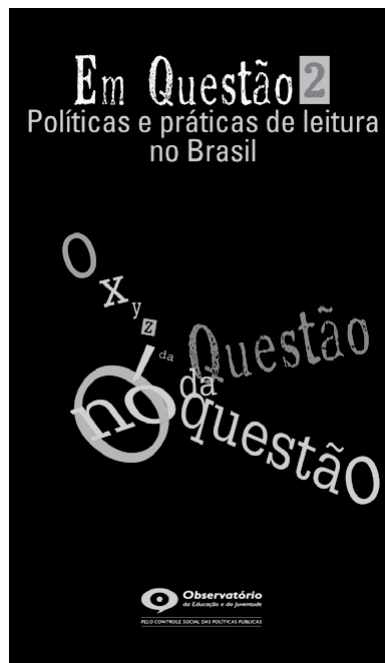
ROSSINI, C. Green-Paper. *The state and challenges of OER in Brazil: from readers to writers?* Boston: Harvard University, 2010. Disponível em: <<http://cyber.law.harvard.edu/publications>>. Acesso em: 10 set. 2014.

SANTOS, A. “Educação aberta: histórico, práticas e o contexto dos recursos educacionais abertos”. In: SANTANA, B.; ROSSINI, C.; Pretto, N. (orgs.). *Recursos Educacionais Abertos: práticas colaborativas e políticas*

públicas. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa de Cultura Digital, 2012. Disponível em: <<http://www.livrorea.net.br>>. Acesso em: 10 set. 2014.

SANTOS, A. *Recursos Educacionais Abertos no Brasil: o estado da arte, desafios e perspectivas para o desenvolvimento e inovação*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2013. Disponível em: <https://www.academia.edu/5408603/Recursos_Educacionais_Abertos_no_Brasil_o_Estado_da_Arte_Desafios_e_Perspectivas_para_o_Deenvolvimento_e_Inovacao_UNESCO_>. Acesso em: 10 set. 2014.

WILEY, D. *The Access Compromise and the 5th R*. 2014. Disponível em: <<http://opencontent.org/blog/archives/3221>>. Acesso em 10 set. 2014.



emQuestão 5



Participação e controle social na educação

ação educativa

emQuestão 6




O ensino médio no Brasil

NORA KRAWCZYK

ação educativa Observatório do Educado

emQuestão 7



A lei do piso salarial no STF

DEBATES SOBRE A VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO E O DIREITO À EDUCAÇÃO

ação educativa DIREITOS


emQuestão 8



Educação e desigualdades na cidade de São Paulo

ação educativa INSTITUTO ESPERANÇO DE EDUCAÇÃO

emQuestão 9



Informe Brasil Gênero e Educação

ação educativa

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

UNESCO

emQuestão 10



Educação nas prisões: perfil de escolaridade da população prisional de São Paulo

ação educativa

GRUPO DE PESQUISA E AÇÃO NA EDUCAÇÃO

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) divulgada em 2014 mostram que, em 2013, mais de 50% dos residentes no Brasil haviam utilizado a Internet. A pesquisa TIC Educação de 2013, realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), apontou também que 96% dos professores de educação básica entrevistados utilizaram recursos *on-line* no processo educacional, 88% deles fazendo adaptações. Apenas 21% do total dos entrevistados, no entanto, publicaram seus materiais.

No Brasil, iniciativas de movimentos organizados, do poder público, de comunidades *online* e escolares, bem como de organizações internacionais, como a Unesco, têm contribuído para o fortalecimento do campo e a ampliação dos recursos educacionais disponíveis na Internet. No entanto, ainda são muitos os desafios – tanto para o pleno acesso, como para o incremento na produção e compartilhamento de materiais abertos e livres.

Esta publicação apresenta os resultados da pesquisa *Recursos educacionais abertos no Brasil: o campo, os recursos e sua apropriação em sala de aula*, promovida pela Ação Educativa com o apoio da Wikimedia Foundation. Realizada entre março e agosto de 2014, a pesquisa teve por objetivo identificar como pensam os principais atores do campo dos Recursos Educacionais Abertos (REA) no Brasil, assim como verificar quais oportunidades e os obstáculos para seu uso e para a sua apropriação pelas comunidades Wikimedia e educacionais do país.

Realização



**ação
educativa**

cultura, educação, juventude



Apoio

